

HISTÓRIA DA VIDA PRIVADA

Sob a direcção de
Philippe Ariès e Georges Duby

- 1 *Do Império Romano ao Ano Mil*
organizado por Paul Veyne
- 2 *Da Europa feudal
à Renascença*
organizado por Georges Duby
- 3 *Da Renascença
ao Século das Luzes*
organizado por Philippe Ariès (+)
e Roger Chartier
- 4 *Da Revolução Francesa
à Primeira Guerra Mundial*
organizado por Michelle Perrot
- 5 *Da Primeira Guerra Mundial
aos nossos dias*
organizado por Anroine Prost
e Gérard Vincent



HISTÓRIA DA VIDA PRIVADA

3

Da Renascença ao Século das Luzes

Organização:
PHILIPPE ARIÈS (+) e
ROGER CHARTIER

Tradução:
HILDEGARD FEIST

5.ª reimpressão



DEDALUS - Acervo - FFLCH-LE

Historia da vida privada.

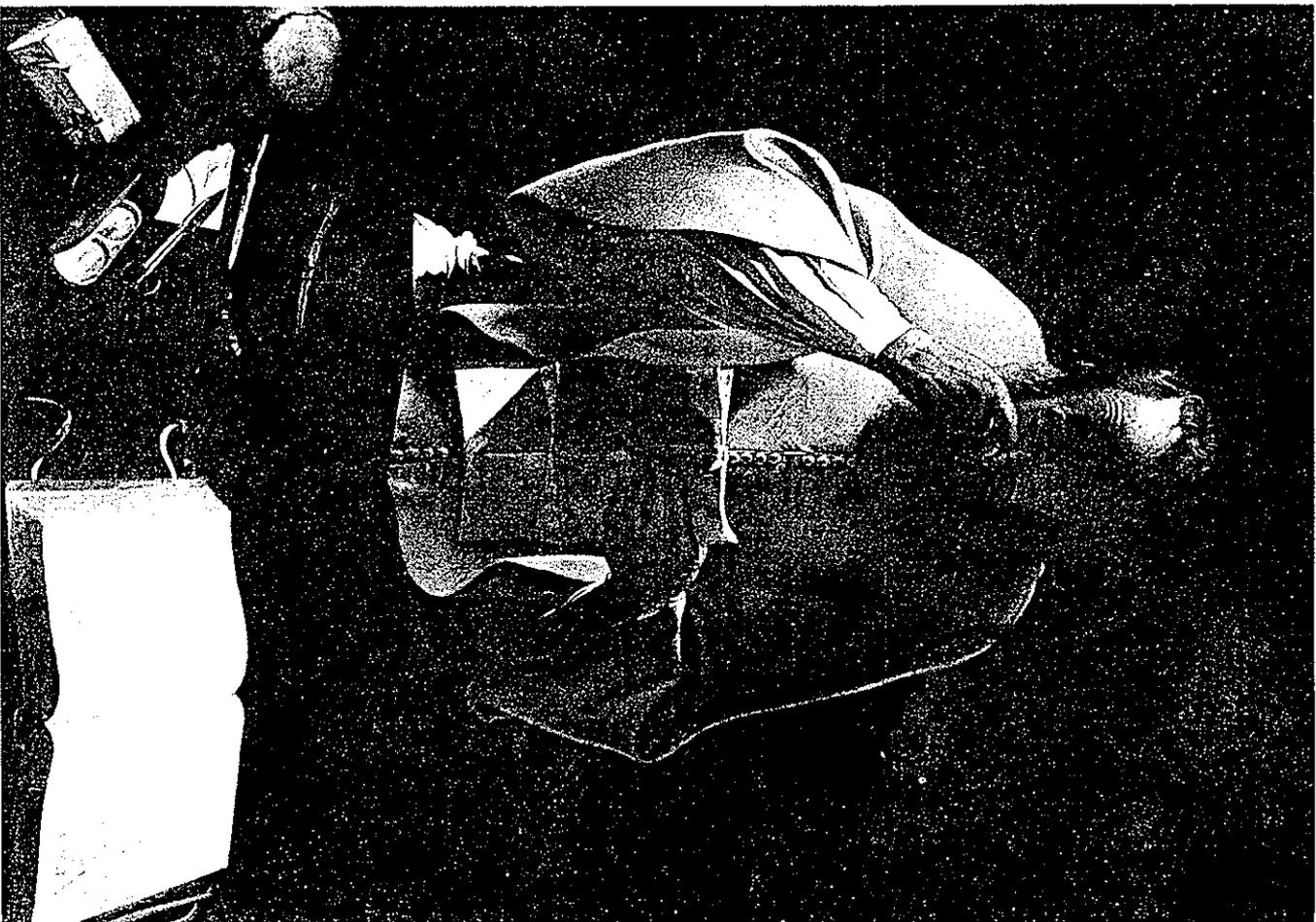


21300085327

TOMBO.: 83357

SBD-FFLCH-USP

940
H58p
v.3



AS PRÁTICAS DA ESCRITA

Roger Chartier

Philippe Ariès considerava o ingresso das sociedades ocidentais na cultura da escrita uma das principais evoluções da era moderna. Os progressos da alfabetização — entendida como a aquisição do saber ler e escrever por parte do maior número de pessoas —, a circulação mais densa da palavra escrita — à mão ou impressa —, a difusão da leitura silenciosa, que estabelece uma relação solitária e íntima entre o leitor e o livro, constituíam para ele transformações decisivas que de maneira inédita traçavam a fronteira entre os gestos culturais do foro íntimo e os da vida coletiva. Fiel a essa hipótese, o texto que se segue pretende mostrar como novas modalidades da relação com a escrita constroem entre os séculos XVI e XVIII uma esfera da intimidade, ao mesmo tempo refúgio e refúgio para o indivíduo subtraído aos controles da comunidade. Mas também pretende mostrar que tal evolução não elimina todas as práticas antigas, nem é partilhada por todos que manuseiam a palavra impressa. Ler em voz alta, para os outros ou para si mesmo, ler em grupos, ler por obrigação de trabalho ou por prazer são atos que não desaparecem com a revolução da leitura no silêncio e na intimidade. Nesse campo também se trata, pois, de reconhecer o enraizado das práticas sem perder de vista que através de tal diversidade estabelecem-se novos modelos de comportamento, novas condutas culturais, características do processo de privatização da primeira modernidade.

MEDIDAS DE UMA ALFABETIZAÇÃO

É possível avaliar as dimensões do progressivo ingresso das sociedades ocidentais na escrita? Pensando nisso os historiadores compararam as assinaturas de todos os documentos, paroquiais ou

*Sob o pincel de Georges de La Tour
está presente na pintura do século
XVII: são Jerônimo. Ao lado do
grande livro aberto, da carta lida,
dos instrumentos de escrita, a caveira
dos santidade. (Paris, Louvre.)*

notariats, fiscais ou judiciários, que permitam uma triagem dos que sabiam assinar o nome e dos que não sabiam. Após hesitações e debates, hoje parece admitir-se que a porcentagem de signatários escrita alcançado por determinada sociedade, mas não pode ser considerada como a medida direta de uma competência cultural particular. De fato, nas sociedades do Antigo Regime em que a aprendizagem da escrita sucede a da leitura e envolve apenas uma parte das crianças, é claro que, se todos os que assinam o nome sabem ler, nem todos os que sabem ler sabem assinar o nome. É claro também que entre os que sabem assinar nem todos escrevem, ou porque a assinatura constitui o último estágio de sua aprendizagem cultural, ou porque a falta de prática os fez perder o domínio da escrita que aprenderam outrora e cujo resquício é a assinatura. Paradoxalmente, podemos considerar que nas sociedades antigas a assinatura identifica uma população que com certeza sabe ler, mas da qual só uma parte (impossível de numerar) sabe escrever, e que não é a totalidade dos que sabem ler, pois uma parte destes (também impossível de calcular) nunca soube assinar. Tal constatação não nos leva a negar as porcentagens de assinaturas pacientemente coletadas através dos séculos e dos sítios, mas apenas a avaliá-las pelo que são: indicadores culturais macroscópicos, compostos, que não medem exatamente nem a difusão da capacidade de escrever, nem restrita do que os números indicam, nem a da leitura, que é mais extensa.¹

LEITORES MAIS NUMEROSOS

Feita essa ressalva, é claro que todas as séries utilizáveis atestam na Europa, entre os séculos XVI e XVIII, grande progresso das taxas de assinaturas (que poderemos qualificar de "taxas de alfabetização", com a condição de não supor que indiquem imediatamente a porcentagem da população que sabe ler e escrever). Vejamos três exemplos nacionais em que o porte e a distribuição dos materiais estudados permitem propor taxas de conjunto, na escala do país inteiro, cidades e campo reunidos. Na Escócia, as assinaturas recolhidas para o *National Covenant* de 1638 — que afirma a unidade presbiteriana do país — e para o *Solemn League and Covenant* de 1643 — que propõe apoiar a causa do Parlamento inglês desde que estabeleça o presbiterianismo — levam a inferir uma taxa de alfabetização masculina de 25%. Cem anos depois, na década de 1750, as porcentagens de assinaturas das testemunhas citadas perante a *High Court of Justiciary*, a mais alta jurisdição criminal escocesa, são de 78% para os homens e de 23% para as mulheres — o que permite falar em taxas nacionais de 65% e 15%, respectivamente, uma vez corrigida a diferença existente entre a composição social do grupo das testemunhas e a população do país em sua totalidade.² Na Inglaterra, as assinaturas colhidas para o *Protestation Oath* de 1641 (juramento de fidelidade à "verdadeira religião, refor-

mada e protestante"), para o *Low and Covenant* de 1643 (juramento de lealdade ao Parlamento) e para o *Solemn League and Covenant* de 1644 (que introduz o presbiterianismo) indicam uma taxa de 30% de alfabetizados entre os homens. Na segunda metade do século XVIII, os registros de casamento da *Church of England*, que a partir de 1754 exige a assinatura dos cônjuges, acusam os progressos da escrita: 60% dos homens assinam em 1755 como em 1790, enquanto entre as mulheres a porcentagem é de 33% em 1755 e de 40% em 1790.³ Na França, as assinaturas dos noivos nos registros paroquianos (que em 1877 os professores designados pelo reitor Magglolo anotaram em quase todos os departamentos) mostram nítida progressão no decorrer de um século: em 1686-1690 apenas 29% dos homens e 14% das mulheres assinam; em 1786-1790 já são 48% dos homens e 27% das mulheres.⁴ Portanto, nesses três lugares e atendo-nos apenas à alfabetização masculina, a escrita se torna mais familiar: em cem ou 150 anos o aumento do número dos que sabem assinar o nome (portanto dos que com certeza sabem ler e talvez também escrever) é de 40% na Escócia, 30% na Inglaterra e 19% na França.

Em outros países, onde ainda não é possível propor uma taxa nacional, existem progressões semelhantes, verificadas em nível de cidades ou de regiões. Como em Amsterdã, onde os compromissos de casamento assumidos ante o notário são assinados por 83% dos homens e 64% das mulheres em 1780, contra 57% e 32% em 1630.⁵ Assim em Turim, onde 83% dos noivos e 63% das noivas assinam seu contrato de casamento, em 1790, ao passo que em 1710 essas taxas eram de 71% e 43%. E na província de Turim, ou seja, no campo subordinado à cidade, a progressão é ainda mais espetacular:⁶ os signatários passam de 21% para 65% e as signatárias de 6% para 30%. Assim em Castilla la Nueva, onde, no recurso do tribunal inquisitorial de Toledo, entre testemunhas e acusados (dos quais oito entre dez são homens e destes cerca de um entre dois é um notável, grande ou pequeno), há 49% que bem ou mal assinam entre 1515 e 1600, 54% entre 1651 e 1700, 76% entre 1751 e 1817. Pela própria composição da amostra, essas porcentagens não podem indicar uma taxa global das assinantes válida para a população castelhana total, porém seu crescimento indica um avanço contínuo e regular da alfabetização.⁷

Fora da Europa, nas colônias americanas, a tendência é a mesma. Na Nova Inglaterra, 81% dos homens assinam seu testamento em 1650-1670, 69% em 1705-1715, 84% em 1758-1762. 88% em 1787-1795 — para as mulheres nas três primeiras datas as porcentagens são respectivamente de 31%, 41% e 46%. Na Virgínia,⁸ a taxa de assinaturas masculinas nos testamentos é menor: passa de 50% entre 1640 e 1680 para 65% em 1705-1715 e para 70% entre 1787 e 1797.



No século XVII, o aprendizado da escrita em toda a Europa é o de um repertório complexo de gestos e posturas. Escrever bem é saber manter o corpo a boa distância da folha, posicionar os braços corretamente sobre a mesa, segurar de maneira adequada a pena-talhadã de antebraço. Os mestres escritores são os guardiões e os pedagogos dessa técnica, às vezes especializadas em escritura, caligrafias virtuosas e professorais (Paris, *Museu Carnavalet*).

Na página seguinte: O secretário da moda, de Jean Pargel de La Serré, publicado em 1640, é o best-seller de um gênero muito apreciado: as coleções de modelos de cartas. Destinados inicialmente aos epistológrafos nobres ou burgueses, estas secretarias logo são incluídas no catálogo dos editores que publicam livros de ampla circulação. É assim que os *troys retonam* em sua "Bibliotheca Acazi", este mesmo título, ao lado dos *Fleurs de bien thie* (Flors do bem dizer), que ensinam o bom ditado. É dito logo que tais modelos eruditos tenham realmente servido aos leitores populares, porém possuiu um livro que os contém constitui uma espécie de embrocamento cultural.

Assim, em toda parte a era moderna conhece um crescimento, muitas vezes nítido, das porcentagens de homens e mulheres capazes de assinar o nome, seja qual for o nível das taxas em valor absoluto. Nos países reformados e nas nações católicas, nas cidades e nos campos, no Velho e no Novo Mundo, a familiaridade com a escrita progrediu, dotando as populações de competências culturais que antes constituíam apanágio de uma minoria. Mas a constante não exclui solavancos e recuos nesse crescimento. A alfabetização também apresenta uma conjuntura em que, numa tendência pluri secular de alta, podem registrar-se declínios e recessões. Na Inglaterra, as porcentagens de assinantes entre as testemunhas citadas perante o tribunal eclesiástico da diocese de Norwich, distribuídas por gerações escolares, atestam recuos temporários porém acentuados: referem-se aos que tinham dez anos entre 1580 e 1610, em especial os comerciantes, os *husbandmen* [pequenos meeiros] e os *yeomen* [lavradores], ou na década de 1640, a da guerra civil — o recuo é então de mais de 20% para os *yeomen* —, ou ainda nos decênios de 1690 e 1700, que assistem a uma regressão da alfabetização entre os camponeses, particularmente grande entre os *husbandmen*.¹⁰ Em Madri, também a segunda metade do século XVII assiste a uma queda da alfabetização:¹¹ em 1650, 45% dos testadores assinam seu testamento ou sua declaração de pobreza; entre 1651 e 1700, apenas 37%. O retrocesso é ainda mais acentuado entre os homens — de 68% para 54% — que entre as mulheres — de 26% para 22%. Na Póvoa, a¹² as gerações escolares do meio século compreendido entre 1690 e 1740 conhe-

cem uma estagnação, até um nítido declínio da porcentagem de alfabetizados em determinados locais, sendo tal declínio calculado a partir das assinaturas dos testamentos e contratos matrimoniais. Se a conjuntura cultural da Póvoa é bem marcada, como alhás em toda parte, por um crescimento das taxas de alfabetização (entre o final do século XVII e o começo do XIX, numa amostra de vinte comunidades, treze dobram a porcentagem dos que sabem assinar o nome), esse crescimento não exclui as estagnações e os retrocessos entre épocas de conquista, que são o período 1650-1680 e os cinquenta ou sessenta anos posteriores a 1740. Evidentemente, os motivos das recessões variam de um lugar a outro, devendo-se à deterioração da rede escolar, ao afluxo de imigrantes menos alfabetizados ou ainda à mediocridade da conjuntura econômica global. Contudo, demonstram que o acesso das sociedades ocidentais à escrita entre os séculos XVI e XVII não foi um progresso linear e contínuo. E talvez seja essa fragilidade que mais o diferencia do processo de alfabetização baseado na escolarização universal que se desencadearia irreversivelmente no século XIX.

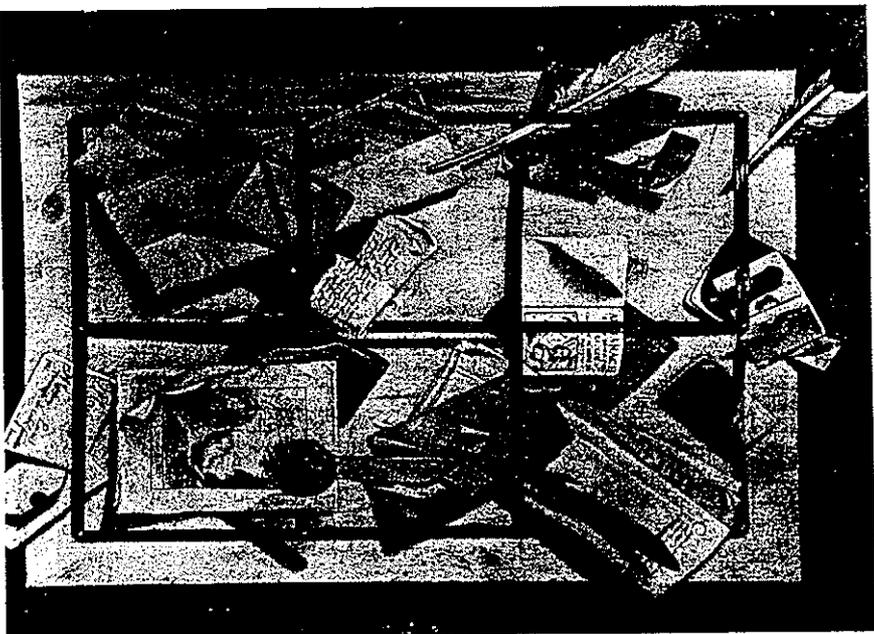
Embora maior, a familiaridade com a escrita não é igual para todos. Na Europa, as porcentagens de assinaturas mostram uma série de diferenças. A primeira, entre homens e mulheres. Por toda parte, os homens sempre assinam mais que as mulheres e muitas vezes com uma vantagem que pode chegar a 25% ou 30%. Se esta diferença acerta claramente que as mulheres participam menos do mundo da escrita, não devemos porém tomá-la como a medida exata de uma desigual capacidade de leitura. De fato, nas sociedades antigas a educação das meninas inclui a aprendizagem da leitura, mas não a da escrita, inútil e perigosa para o sexo feminino. Na *Escola de mulheres*, Arnolphe quer que Agnès leia e absova as "Máximas do casamento", porém se desespere com o fato de ela escrever — sobretudo a Horace, seu apaixonado. Mais ainda que para os homens, as taxas de assinaturas de mulheres não podem indicar, portanto, a porcentagem de "leitoras" do Antigo Regime, pois muitas nunca aprenderam a escrever — e isso não se restringe aos meios populares.

Segunda diferença: entre os ofícios e as condições. É assim que, na Inglaterra rural e provinciana do século XVII, a capacidade de assinar (calculada pela das testemunhas citadas perante os tribunais eclesiásticos) está estreitamente correlacionada com a atividade econômica e a condição social dos diferentes grupos. As escritas são bem nítidas: os clérigos, os gentis-homens, os grandes comerciantes, todos (ou quase todos) sabem assinar o nome; entre os artesãos qualificados (ourives, selcões, fabricantes de tecidos) e os lavradores (*yeomen*) é o caso de sete ou oito homens entre dez, mas apenas de um entre dois na maioria das profissões, em especial no ramo têxtil ou de vestuário. Em seguida vêm os comercian-



O DOMÍNIO DESIGUAL DA ESCRITA

Em vários gêneros pictóricos, os objetos da cultura escrita são apresentados sem a presença humana: a natureza morta, a vanitas, o trompe-l'oeil. Aqui o pintor Jean-François de La Motte, de Tournaï, apresenta em trompe-l'oeil, reunida toda um conjunto de instrumentos e jornais: junto ao manuseio, a pena, o canivete, o tinteiro, o bastão de cera, a agenda e a pasta, a carta e o envelope lacrado, o memorial selado; junto aos impressos, a estampa ganada em cobre (ad fect) e o almanaque (Almanach pour l'an de N. S. J. C. MDCCLXIX calculé par M. André de La Porte). Todos os trompe-l'oeil de La Motte, desde a *Abessa de Saint-Omer*, como os que estão em Amis e Dijon) dispõem da mesma forma os objetos de escrita sobre placas de madeira onde se encontram pregadas fitas ilustradas.



tes e arteços de aldeia (ferreiros, carpinteiros, moleiros, açougueiros etc.), dos quais apenas 30% ou 40% sabem assinar o nome; e na base da escala os grupos em que na melhor das hipóteses um homem entre quatro assina: operários da construção, pescadores, pastores, pequenos mecânicos (*busbandmen*), trabalhadores agrícolas (*labourers*).¹³ Com alguns matizes próprios, o exemplo da província inglesa vale para todos os lugares da Europa rural em que a capacidade de assinar depende estritamente do nível de qualificação do ofício e de sua maior ou menor inserção num outro mercado além do local.

Na cidade, também a hierarquia da assinatura repete a das profissões e condições, mas, com relação ao campo, os números urbanos apresentam um belo avanço. E o caso da Europa mediterrânea: na Emília,¹⁴ por exemplo, no começo do século XIX os registros civis mostram que nas cidades de Piacenza, Parma, Reggio,

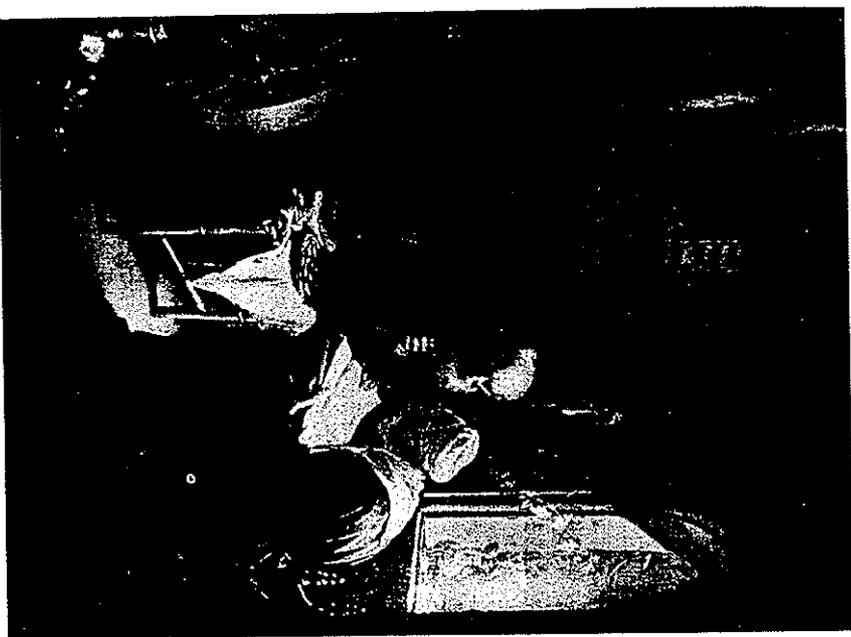
Modena e Bolonha, 42% dos noivos e 21% das noivas sabem assinar, enquanto nos campos vizinhos as porcentagens não passam de 17% e 5%. E o caso também da Europa setentrional: no século XVII, os arteços e mercadores de Londres são duas ou três vezes mais alfabetizados que seus homólogos rurais e os criados o são duas vezes e meia (em Londres, 69% assinam; na Inglaterra rural, apenas 24%).¹⁵ Há aí portanto outra diferença que estabelece a originalidade da cultura das cidades modernas, onde os que manejam a escrita são mais numerosos e onde a leitura e a escritura são competências distribuídas de modo menos desigual.

Essas múltiplas diferenças no acesso à escrita sem dúvida determinam grandes variações no processo de privatização que caracteriza os três séculos da era moderna. O desenvolvimento (desigual) da alfabetização o mostra de várias maneiras. Saber ler é primeiramente a condição obrigatória para o surgimento de novas práticas constitutivas da individualidade. A relação pessoal com o texto lido ou escrito libera das antigas mediações, subtrai aos controles do grupo, autoriza o recolhimento. Com isso, a conquista da leitura solitária possibilitou as novas devoções que modificam radicalmente as relações do homem com a divindade. Entretanto, saber ler e escrever permite também novos modos de relação com os outros e os poderes. Sua difusão suscita sociabilidades inéditas e ao mesmo tempo serve de base para a construção do Estado moderno, que apóia na escrita sua nova maneira de profetizar a justiça e dirigir a sociedade. Da maior ou menor familiaridade com a escrita depende, pois, uma maior ou menor emancipação com relação a formas tradicionais de existência que ligam estreitamente o indivíduo a sua comunidade, que o imergem num coletivo próximo, que o tornam dependente de mediadores obrigatórios, interesses e leituras da Palavra divina ou das determinações do soberano.

O novo modo de ser em sociedade instaurado pela privatização das condutas e dos pensamentos não se difunde por toda a Europa no mesmo ritmo. A compreensão dessas diferenças, dessas evoluções realizadas de forma desigual sem dúvida remete a uma clivagem maior, macroscópica, na distribuição do domínio da escrita: a que opõe uma Europa do Norte/Noroeste, com elevadas taxas de alfabetização, e uma Europa "periférica" (em relação a esse "centro" letrado) situada muito aquém. No final do século XVIII, na Europa onde a escrita é corriqueira, de 60% a 70% dos homens sabem assinar o nome: 71% na França situada ao norte da linha Saint-Malo—Genebra, 61% nos Países Baixos austríacos,¹⁶ 60% na Inglaterra, 65% na Escócia. Para as mulheres, exceto a Escócia, as porcentagens se situam em torno de 40%: 44% no norte e nordeste da França, 37% nos Países Baixos austríacos, 40% na Inglaterra. Avaliar a alfabetização na Europa das periferias é mais difícil, devido ao avanço menor das pesquisas. Todavia, alguns in-

A EUROPA DA ALFABETIZAÇÃO

Leitura em voz alta feita pela anciã para o velho. Leitura campouera, em casa, à luz do dia, interrompendo por um tempo o trabalho familiar. Leitura do grande livro seguro com as duas mãos. Leitura intensa que concentra o olhar e na qual se concentra toda a atenção de quem lê e de quem ouve. Nos países calvinistas, e portanto alfabetizados, a leitura da Bíblia deve ter uma prática doméstica, popular, cotidiana. Aqui G. Dou nos fornece uma representação ideal, ao mesmo tempo realidade captada e exemplo proposto. (Paris, Louvre.)



assinar o nome passa de 10% em 1750 para 25% em 1765 e para 40% no final do século.²² Portanto, é com o pietismo, e não com a Reforma luterana, que a prática de ler se difunde maciçamente na Alemanha — e isso a partir das mesmas décadas do século XVII que assistem à campanha de alfabetização da Igreja sueca.

O desenvolvimento da alfabetização e a difusão da leitura, para retornar os termos de Philippe Ariès, constituem, portanto, com diferenças e variantes, um dos fatos principais que contribuem para modificar a ideia que o homem ocidental tem de si mesmo e de sua relação com os outros. Todavia, o fato é mensurável apenas nos dois últimos séculos da era moderna, pois, salvo raras exceções, só a partir do final do século XVI — e frequentemente depois — documentos maciços ou séries contínuas podem fornecer assinaturas válidas para a contagem. A situação cultural dos países europeus no fim da Idade Média ou no século XVI continua sendo uma incógnita, e sem dúvida seria inexato supor que em toda parte ela

se caracterize por uma fraca alfabetização e um monopólio dos clérigos sobre a cultura escrita. Na Flandres, por exemplo, diversos indícios atestam a realidade de uma capacidade popular de ler, escrever e contar: a frequência das pequenas escolas citadinas *sine latino*, destinadas a ensinar os rudimentos ao maior número de pessoas (sem dúvida há umas vinte delas em Saint-Omer em 1468 e 24 em Valenciennes em 1497, numa cidade de 10 mil habitantes); a presença de textos sobre os afrescos ou os quadros da igreja; as altas porcentagens de assinaturas, da ordem de 70%, encontradas nos recibos de todo tipo (rendas, provisões, trabalhos) confiados aos guarda-livros do conselho municipal e dos hospitais de Saint-Omer no século XV. Comumente, mercadores e artesãos neles figuram como alfabetizados, e parece que só os trabalhadores braçais ou os cartegadores em sua maioria não aprenderam a assinar o nome. No campo, a situação sem dúvida é diferente, porém a existência de listas de refeições para os pobres, registros de comunidades e de receitas da igreja, relações de impostos indicam um domínio da escrita já difundido — e a publicação de manuais de taxas pressupõe que haja quem leia.²³ Essa Flandres medieval que lê e escreve não é única na Europa. Já no século XIV as cidades italianas também conhecem a familiaridade com a escrita, até nos meios populares: em Florença, por volta de 1340, entre 45% e 60% das crianças de seis a treze anos estudam nas escolas elementares da cidade — o que permite inferir uma porcentagem bem superior para os meninos, tendo em vista a frequência desigual à escola conforme o sexo.²⁴ Assim, pelo menos em alguns lugares, a conquista da escrita já ocorreu no final da Idade Média, e os progressos esperaculares, gerais, do período 1600-1800 não nos permitem afirmar uma raridade universal da capacidade de ler e escrever entre 1400 e 1500.

Nem obliterar a força e a persistência de uma hostilidade coletiva à escrita, a seu domínio ou a sua disseminação. É tal resistência que Shakespeare coloca em cena na segunda parte de *Henrique VI* para caracterizar a revolta de Jack Cade, o fabricante de recidos. Na cena II do ato IV da peça — cuja edição *in quarto* data de 1594 —, Cade e seus homens decidem matar todos os juristas (*"all the lawyers"*) e tomam como primeira vítima o amanuense de Chatam. Seu ódio social nutre-se de uma tríplice aversão à escrita. Porque veicula as decisões da justiça, e a menção de Cade ao *"parlement scribbled o'er"* [pergamino todo rabiscado] e seu lado, sem dúvida nenhuma constitui abuso aos *royal writs* que desde o século XII codificam as queixas apresentadas ao rei e transmitem as decisões de sua justiça aos *sheriffs* locais (ora, Cade roubara gado e sua pena consistiu em queimar-se-lhe a mão). Porque fixa as dependências econômicas dos mais pobres — daí a crítica feita ao amanuense de Chatam: *"He can make obligations and write count-hand"* [Ele pode instituir obrigações e usar caligrafia de tri-

A ESCRITA RECUSADA

bunal], o que constitui alusão aos reconhecimentos de dívidas e à escrita cursiva que é a dos atos dos notários. Porque tem uma força mágica e maléfica: o amanuense de Chatham tem “*a book in his pocket with red letters in it*” [um livro de letras vermelhas no bolso], portanto um livro de feitiçaria com rubricas ou títulos em tinta vermelha, talvez associado à condição de judeu indicada por seu nome, Emmanuel — Dick, um dos revoltosos, conhece o sentido epistolar desse nome: “*They use to write it on the of the letters*” [Costumam escrevê-lo no início das cartas]. O manejo da escrita é assim caracterizado como a imposição de uma autoridade que, pela lei ou pela magia, submete o fraco ao forte, bem como o sinal de uma recusa da igualdade comunicária. Donde a pergunta que Cade dirige ao amanuense: “*Dost thou use to write thy name, or hast thou a mark to thyself, like an honest plain-dealing man?*” [Costumas escrever teu nome ou tens uma marca para ti, como um homem honesto e franco?]. A marca, que pode pertencer a todos, é prova do respeito dessa igualdade original: a assinatura, que distingue os que escrevem, indica uma rejeição da regra comum.

Mais adiante no mesmo ato, na cena VII, os revoltosos, no controle de Londres, extravasam sua aversão à cultura escrita. Querem destruir os locais que a transmitem (“*others to the Inns of Court; down with them all!*”) [outros para as Escolas de Direito: acabou com elas], os monumentos antigos (“*burn all the records of the realm!*”) [queimai todos os registros do reino], as técnicas de reprodução (lord Say é assim acusado de ter construído uma fábrica de papel e introduzido a imprensa no reino), o léxico de descrição (outra acusação contra lord Say é de estar rotulado de homens “*that usually talk of a noun and a verb, and such abominable words!*” [em geral falam de um substantivo e um verbo, e tais palavras abomináveis]). Contra essas novidades opressivas e corruptoras, Cade reivindica os direitos de uma cultura tradicional, baseada na palavra e no signo. “*My mouth shall be the parliament of England!*” [Minha boca será o parlamento da Inglaterra]: assim se refere à antiga concepção que identifica a força da lei a sua proclamação oral, portanto ao re-naz apego a essa forma de expressão da autoridade. E, contra o recuso ao livro e à imprensa, valoriza-se a velha prática que pautava as transações privadas e utilizava as incizações feitas em bastões de madeira (“*the score and the tally!*”) [a marca e a talha] para registrar as dívidas. Representando assim uma revolta de um século e meio, pois a rebelião de Jack Cade data de 1449 (ou seja, 27 anos antes da introdução da imprensa na Inglaterra), Shakespeare inscreve em seu texto uma tensão cultural fundamental, a que opõe o crescente recuso à escrita, tanto no exercício do poder de comando e justiça como na esfera das relações entre indivíduos, e a valorização nostálgica e utópica de uma sociedade sem escrita, governada por palavras que todos podem entender, por signos que todos podem compreender. Quat-

quer que seja sua intenção ao focalizar a revolta popular, ao mesmo tempo desrisória, sangrenta, manipulada, está claro que ela é construída a partir do motivo da hostilidade à escrita, uma escrita rejeitada porque se identifica, para o pior, com as convulsões que transformam a sociedade.

Essa rejeição — aqui apresentada como popular — encontra sua correspondência na recusa dos letrados à imprensa. Na passagem do século XV para o XVI, o tema é freqüente. Assim, em Veneza, o dominicano Filippo di Strata desenvolve contra a invenção de Gutenberg uma argumentação parilhada por grande parte do Senado da cidade. Para ele, a imprensa é muitas vezes culpada: corrompe os textos, publicando-os em edições apressadas e falhas, que visam apenas ao lucro, corrompe as mentes, difundindo textos inonais e heterodoxos, subtraídos ao controle das autoridades eclesiásticas; corrompe o próprio saber, avilado pelo simples fato de sua divulgação entre ignorantes. Donde a constatação inapelável: “*Est virgo hec penina, meretrici est stampificata!*” [A pena é uma virgem, à imprensa uma meretriz].²⁵ Mais de um século após os poemas do domínio de Veneza, escritos no último quartel do século XV, um eco de sua temática perpassa a *comédia* de Lope de Vega, *Fuenteovejuna*, publicada em Madri em 1619. No ato II, versos 892-930, o camponês Barriolo e Leonelo, licenciado da universidade de Salamanca, discutem os méritos da imprensa. O doutor Leonelo expõe suas dúvidas quanto à utilidade da invenção de Gutenberg. Sim, ela preserva e difunde as obras de valor, mas também coloca em circulação os erros e os absurdos, permite aos que querem arruinar a reputação de um autor usurpar-lhe a identidade, distribuindo todos em seu nome, confunde os pensamentos com a superabundância dos textos. Longe de assegurar os progressos do saber, a imprensa aumentaria a ignorância. Barriolo declara que o grande número de livros impressos leva cada indivíduo a considerar-se sábio, e Leonelo responde secamente: “*Antes que ignoran más!*” [Ao contrário, mais ignoram!]

A aculturação escrita das sociedades ocidentais teve, portanto, de conviver com a persistente idéia de que a disseminação do saber equivale a uma profanação. A difusão da capacidade de ler e escrever, a multiplicação dos objetos impressos afligem os clérigos, eclesiásticos ou seculares, que pretendem monopolizar a produção ou a discussão do conhecimento. Uma primeira formulação dessa ambigüação é a do cristianismo, que faz dos clérigos os únicos intérpretes autorizados dos segredos de Deus, da natureza ou do Estado. Com a revolução científica do começo do século XVII, caem as proibições e os limites que antes se impunham ao trabalho do conhecimento, mas não se anula sua transmissão a uma restrição minoritária — a *res publica litteratorum* —, a única capaz de conduzi-lo sem riscos para a religião, a lei ou a ordem. No momento em que as figuras de

Ícaro e Prometeu se tomam os emblemas de um conhecimento sem limites, lembra-se que ele deve continuar sendo a obra exclusiva dos novos clérigos — os intelectuais.²⁶ Dois motivos, portanto, são fundamentais: o que atribui ao povo uma recusa da cultura escrita, vista como um instrumento de dominação que rasga o tecido da comunidade, e o que faz os letrados recusarem a apropriação vulgar do saber reservado e, portanto, das chaves que lhe dão acesso. Evidentemente, foi contrariando essas ideias que se realizou o ingresso das sociedades ocidentais na escrita.

PRÁTICAS DA LEITURA

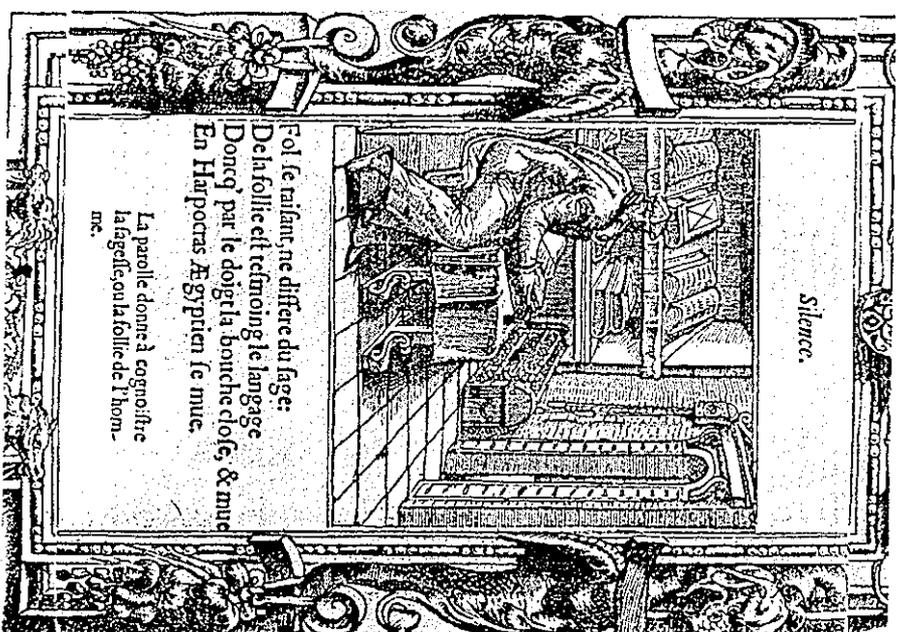
A LEITURA SILENCIOSA

Memo sozinha, sem nenhum
ouvido, a vêba leitora da Bíblia
entrebra a boca, move os lábios,
oraiza o que lê para poder
comprender. Durante muito tempo,
os leitores mais humildes e os meros
aleias lerão necessidade de ler em
voz alta ou baixa. (G. Don,
Leningrado, Embleme.)



Mais difundida, a capacidade de ler acarreta novas práticas entre os séculos XVI e XVIII. Philippe Ariès designou claramente a mais inédita: a leitura na intimidade de um espaço subtraído à comunidade, que permite a reflexão solitária. Essa "privatização" da prática da leitura é incontestavelmente uma das principais evoluções culturais da modernidade. Assim, precisamos identificar as condições que a possibilitaram. A primeira refere-se à difusão de uma nova habilidade: a que permite ao indivíduo ler sem ter de oraiçar o texto, em voz alta ou baixa. Na verdade, só essa maneira de ler pode subtrair o leitor ao controle da comunidade quando lê num espaço coletivo — por exemplo, numa biblioteca ou num local onde há outros presentes; só ela possibilita a interiorização imediata do que é lido por aquele que lê. A uma prática lenta, penosa, exercitória, substitui-se uma leitura mais rápida, mais fácil, que toca o leitor diretamente em seu íntimo. Parece que essa maneira de ler apenas com os olhos conquistou progressivamente todos os meios de leitores durante a Idade Média. A princípio reservada aos copistas dos *scriptoria* monásticos, a partir de meados do século XII transforma os hábitos universitários e dois séculos depois conquista as aristocracias leigas. No século XV, a leitura silenciosa tornou-se, portanto, a maneira usual de ler — pelo menos para os leitores familiarizados com a escrita e de longa data alfabetizados. Para os outros, aqueles que lentamente adquiriram o domínio da leitura e para os quais o livro continua sendo um objeto incomum, estranho, de raro manuseio, o procedimento antigo sem dúvida nenhuma permanece como uma necessidade. E até o século XIX os leitores neófitos e inábeis se distinguem dos outros por sua incapacidade de ler em silêncio. Em *La cagnotte* [O malcheiro], de Labitte, peça de 1864, o fazendeiro Colladan replica a quem se impacienta com sua leitura em voz alta de uma carta particular: "Se leio alto, não é para vós, é para mim [...]. Quando não leio alto, [...] não compreendo o que leio".

Para quem pode praticá-la, a leitura silenciosa abre horizon-

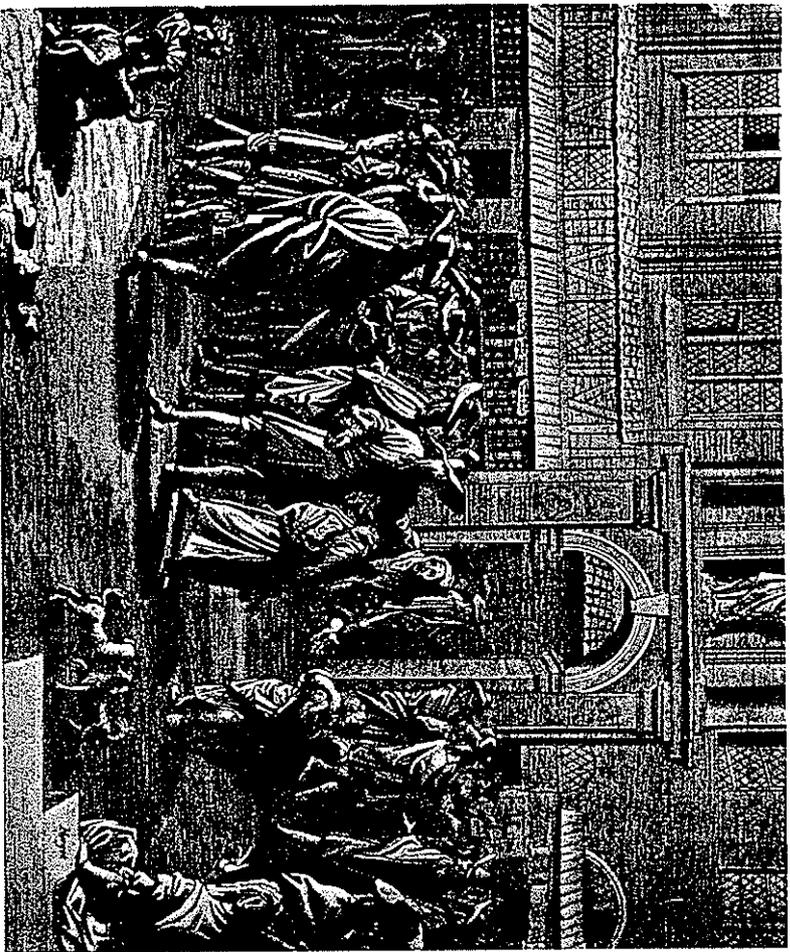


Fol le raifant, ne differe du fage:
Dela folle est réfmiong le langage
Donq par le doigt la bouche d'ofe, & muc
En Haipocras Agyptien le muc.

La parole donne à cognoître
la fage, ou la folle de l'homme.

res inéditos. Primeiro transformou radicalmente o trabalho intelectual, que na essência se tornou um ato de intimidade individual, uma confrontação pessoal com textos sempre mais numerosos, uma memorização e um sistema de remissivas visualmente assinaladas nos livros. Depois permitiu um fervor mais pessoal, uma devoção mais privada, outra relação com o sagrado além daquela regulamentada pelas disciplinas e mediações eclesiais. A espiritualidade das ordens mendicantes, a *devotio moderna*, o próprio protestantismo, visto como uma relação direta entre o indivíduo e a divindade, aporaram-se largamente na nova prática, que pelo menos a alguns permitia nutrir sua fé a partir da leitura íntima dos livros de espiritualidade ou da Bíblia. Por fim, ler sozinho, em silêncio, em segredo, propicia autências até então interditas: daí no final da Idade Média, na época do manuscrito, a circulação de tex-

Ao contrário, a leitura emulha é feita
com a boca fechada, em silêncio.
Assim, para indicar que o silêncio
é ornado de prudência, os Emblemes
de Alciati mostram um leitor em
seu gabinete, como se ler fosse o ato
silencioso por excelência, a mais
nuda das atividades. (Extrato de
Emblemes d'Alciat de nouveau
translatés en français, 1601, 1549.)



Um almoxarfe para 1681 em forma de cartaz para colar na parede, intitulado Almanach de que dit on quelle nouvelle ou les nouvelles du Quay des Augustins. Diante das huanas e bancas do café, um homem lê uma gazeta em voz alta para os frequentes aglomerados e anônios para saber das notícias. O comentário em verso somba dessa antichada que só a leitura imediata e pública consegue satisfazer. "Senhores, os assuntos de Estado são para divertir-vos a alma! E os assuntos de vossas mulheres! Colocam-vos a testa em bom estado! Alguma pode estar sendo suplicial! Enquanto se lê a Gazeta". (Paris, Biblioteca Nacional.)

tos heréticos, a expressão de idéias críticas, o sucesso dos livros críticos — adequadamente ornados de iluminuras.²⁷ Se a invenção da imprensa constituiu uma "revolução" na medida em que possibilita a reprodução de textos que são difundidos a todos os leitores numa forma idêntica, em grande número de exemplares (mesmo na época de pequenas tiragens) e por um custo muito inferior ao da cópia manuscrita (mesmo no tempo da impressão cara), não devemos, porém, atribuir-lhe mutações intelectuais ou afetivas resultantes de uma nova maneira de ler — seja o objeto lido manuscrito ou impresso. No século XVI, essa outra revolução — a da leitura — já ocorreu, mas é recente nos meios leigos e apenas parcial, pois deixa de fora os numerosos leitores que não são virtuosos da escrita. A divisão parece nítida entre os meios em que a leitura cada vez mais se identifica com um gesto da intimidade, do privado, e aqueles em que se insere ainda no recibo de uma sociabilidade comunicatória, quando não popular. Divisão nítida, sem dúvida, e globalmente válida, mas que também merece nuances.

A nova relação com o objeto escrito, seja ele manuscrito ou impresso, que autoriza a leitura visual e silenciosa, é acompanhada de uma familiaridade maior com o livro, de uma presença mais desatada deste na intimidade da habitação familiar? A privatização da prática da leitura significa ao mesmo tempo um aumento do número dos que possuem livros em casa — e também um aumento do número de livros que possuem? Responder a tais perguntas pressupõe o manejo de documentos imperfeitos, omissos, muitas vezes criticados: os inventários, geralmente elaborados após falecimentos, que estimam e descrevem (pelo menos em parte) os bens de um indivíduo, os livros que eram seus. A fonte não é infalível, longe disso: em nada implica que os livros possuídos foram lidos ou mesmo comprados pelo falecido; ignora os impressos sem valor que podiam constituir suas leituras mais frequentes; omite os livros, preciosos ou perigosos, subtraídos à sucessão antes do inventário. Assim, não podemos exigir-lhe mais que indicações muito globais sobre a presença do livro numa determinada sociedade e, ainda mais que no caso das porcentagens de assinaturas, devemos ser prudentes ao comparar os dados observados em locais diferentes, pois podem afetá-los a diversidade das práticas notariais e a composição variável das populações, em cada uma das situações históricas, nas quais são inventariados os bens de um morto.

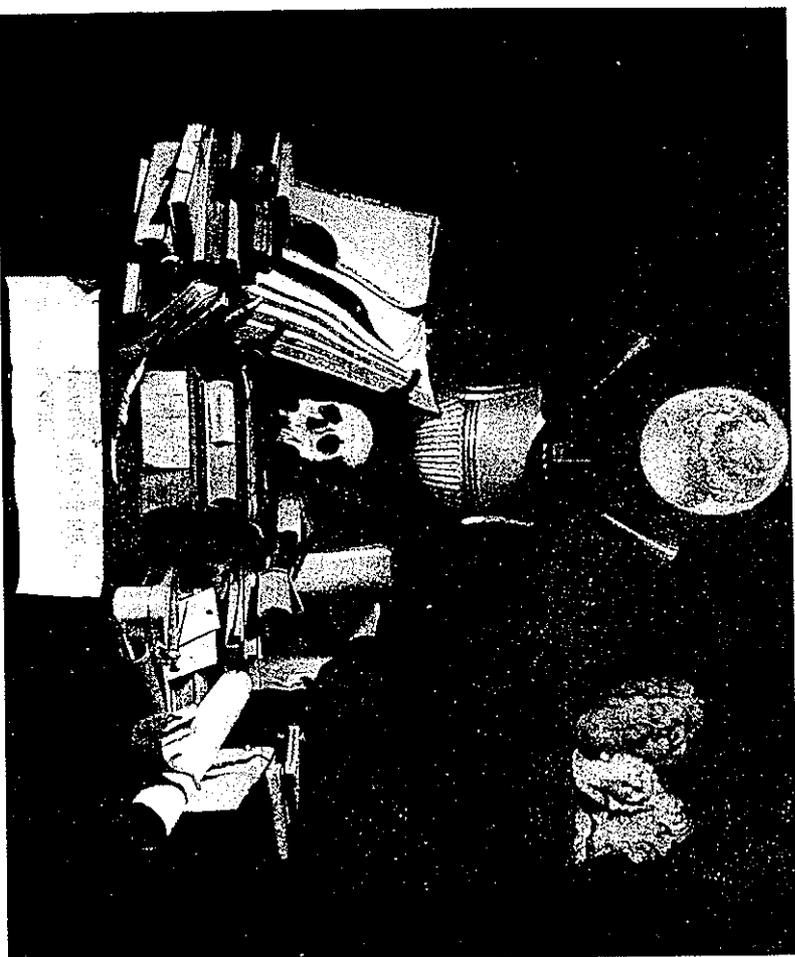
Em várias cidades européias os números atestam, no século XVI, uma presença maior do livro como propriedade pessoal, guardado em casa — porém sob modalidades diversas. Num primeiro caso, a estabilidade da porcentagem dos possuidores de livros, globalmente e por categorias sociais, é acompanhada de um aumento geral do número de livros possuídos. Assim ocorre em Valência, na Espanha, onde no período de 1474 a 1550 o livro é mencionado por um entre três inventários. A hierarquia de sua presença mantém-se estável: são possuidores de livros nove entre dez clérigos, três entre quatro profissionais liberais, um entre dois nobres, um entre três comerciantes, apenas um trabalhador braçal entre dez. Nesses anos, porém, cada grupo vê suas bibliotecas crescerem: do final do século XV ao segundo quartel do XVI, as coleções dos médicos passam, em média, de 26 para 62 obras; as dos juristas, de 25 para 55; as dos mercadores, de quatro para dez títulos; e entre os artesãos têxteis o livro único já não constitui a regra, substituindo por "bibliotecas" de quatro volumes em média.²⁸

Segundo caso: o de Florença. No século XVI, a porcentagem de inventários elaborados pelo *Magistrato de' Pupilli* que mencionam livros permanece praticamente estável e bem baixa: 4,6% entre 1531 e 1569, 5,2% entre 1570 e 1608 — era já de 3,3% entre 1413 e 1453, antes de uma queda na segunda metade do

MAIS LIVROS PARA MAIS LEITORES

Para Carroustelle e outros, no século XVIII, ler é em primeiro lugar um ato da solidão e do silêncio — como lembra a boca fechada da estíma. Porém essa leitura já não exige o isolamento do gabinete. Aqui o conde de Schomberg insistiu-se para ler diante de uma janela aberta para o parque vizinho, e não à escuridão como quando estava assim, fica mais à vontade, o corpo relaxado, a cabeça apoiada na mão. Deixando o livro em ponto de lado (as Obras de Voltaire), o leitor está imerso em seus pensamentos. (Chantilly, Museu Condé.)





Nesta vanitas do começo do século XVII, como em muitas outras, o tempo e a morte leem o escrito, em todas as suas formas literárias, do grande folho ao pequeno formato, como fazem com a gôsta militar ou a criação aritmética. Contrastando a rejeitada ainda pela imprensa, que parece confundi-la industrialmente, percebida, os leitores de vanitas lembram o caráter efêmero de todos os coisas, inclusive das que permanecerão na pena e foram fixadas pela imprensa. (De Gheyn, o Jovem, 16312. New Haven, Yale University Art Gallery.)

Quatrocento, com 1,4%. Muito inferior às de Valença ou Amiens²⁹ — onde 20% dos inventários entre 1503 e 1576 incluem livros — essa porcentagem indica um atraso da Itália? Ou apenas uma prática notarial que faz inventários até mesmo para as sucessões mais pobres? É difícil dizer. Em compensação, é certo que, se a população de proprietários de livros não aumenta, a proporção das bibliotecas mais bem providas cresce: antes de 1570, as bibliotecas com menos de seis volumes representam 55% do total; depois dessa data, são mais de 31%, em contrapartida, as que têm entre 51 e cem volumes passam de 4,5% para 9%; as que têm entre 101 e duzentos vão de 1% para 8%. Na mesma época, as bibliotecas médias, de seis a cinquenta volumes, crescem em quase 10%, constituindo 38% do total antes de 1570 e 47% depois.³⁰

Última modalidade da familiarização com o livro de propriedade pessoal na privacidade do lar: o aumento da porcentagem dos possuidores de bibliotecas. Assim em Canterbury, principal cidade de Kent, na passagem do século XVI para o XVII. A progressão

dos inventários masculinos que indicam a presença de livros é nítida e contínua: um entre dez em 1560, um entre quatro em 1580, um entre três em 1590, um entre dois, ou quase, em 1620. Crescimento semelhante, nos mesmos níveis, ocorre em duas outras cidades menores do condado: Faversham e Maidstone. Nelas também a presença do livro é estritamente determinada pela posição social: entre 1620 e 1640, possuem livros em Canterbury 90% dos profissionais liberais e 73% dos gentis-homens, mas apenas 45% dos artesãos do vestuário, 36% dos trabalhadores de construção, 31% dos *yeomen* que moram na cidade. Com essas altas porcentagens, as cidades de Kent estão longe de constituir a regra geral na Inglaterra. Nas paróquias rurais o livro continua raro, mesmo no século XVII: apenas 13% dos inventários do Bedfordshire no final da década de 1610 e 14% dos do Mid-Essex entre 1630 e 1690 assinam sua presença.³¹

A posse privada do livro — tal como está registrada nos inventários após falecimento — cresceu entre os séculos XVI e XVIII? E o processo de privatização que caracteriza os três séculos da era moderna apoiou-se na consulta íntima a mais livros por mais leitores? A resposta sem dúvida passa pelo reconhecimento de grandes contrastes entre diferentes situações na segunda metade do século XVIII. À frente da Europa que possui livros estão inconstruivelmente as cidades dos países protestantes. Por exemplo, em três cidades da Alemanha renana e lutetana — Tübingen, Speyer e Frankfurt — os inventários com livros constituem em meados do século XVIII respectivamente 89%, 88% e 77% do total registrado.³² Assim, é grande a diferença em relação à França católica, seja na capital (na década de 1750 apenas 22% dos inventários parisienses incluem livros), seja na província (nas novas cidades do oeste francês a porcentagem é de 36% em 1757-1758; em Lyon, de 35% na segunda metade do século).³³ Ao contrário, a diferença é pequena com relação a outros países protestantes — mesmo que majoritariamente rurais — como, por exemplo, os da América. No final do século XVIII, 75% dos inventários no condado de Worcester, em Massachusetts, 63% em Maryland, 63% na Virgínia assinam a presença de livros³⁴ — o que traduz um belo progresso em comparação com o século anterior, no qual a porcentagem das melhores regiões não passava de 40%.

Deste modo, a fronteira religiosa parece um fator decisivo no tocante à posse do livro. Nada o mostra melhor que a comparação das bibliotecas das duas comunidades numa mesma cidade. Em Metz, entre 1645 e 1672, 70% dos inventários dos protestantes incluem livros contra apenas 25% dos inventários católicos. E a distância é sempre muito accentuada, seja qual for a categoria profissional considerada: 75% dos nobres reformados têm livros, mas apenas 22% dos católicos os possuem, e as porcentagens são de 86%

LEITURAS PROTESTANTES



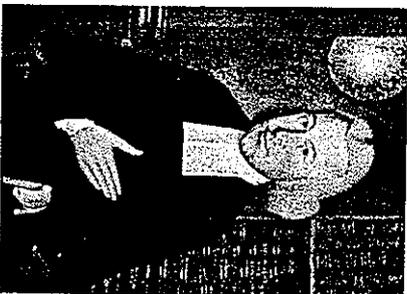
e 29% nos meios jurídicos; 88% e 50% na área médica; 100% e 18% entre pequenos funcionários; 83% e 33% entre comerciantes; 52% e 17% entre artesãos; 73% e 5% entre "burgueses"; 25% e 9% entre trabalhadores braçais e agrícolas. Mais numerosos como proprietários de livros, os protestantes também possuem mais livros: os reformados membros das profissões liberais têm em média o triplo de livros de seus homólogos católicos; a situação é idêntica para comerciantes, artesãos ou pequenos funcionários; e entre os burgueses a diferença é ainda maior, com bibliotecas calvinistas dez vezes mais ricas que as dos católicos.³⁵

A essa diferença na posse do livro acrescentam-se outras que opõem a própria economia das bibliotecas às práticas da leitura. Nos países luteranos, seja qual for o nível social de seu proprietário, todas são organizadas em torno do mesmo conjunto de livros religiosos. Nas cidades renanas, este conjunto se compõe, além da Bíblia, de livros de devoção e espiritualidade, manuais de preparação à ceia ou à confissão, coletâneas de cânticos destinados ao canto coral (*Gejangbücher*). Só a multiplicidade dos títulos ou o número das edições diferem nessas coleções basicamente religiosas. A desigual fortuna ou cultura dos possuidores de livros revela-se alhures, na quantidade bem diversa e na natureza muito diferente das obras profanas possuídas (que, aliás, estão presentes em cerca de um quarto apenas das bibliotecas na segunda metade do século XVII). Assim, uma identidade ao mesmo tempo religiosa e cultural desenvolve-se em torno dos mesmos livros, que suscitam os diferentes exercícios religiosos: a leitura da Escritura, a prece, o canto em comum, a escuta do sermão, a ceia. Essa homogeneidade das bibliotecas sem dúvida não é válida para todos os ramos do protestantismo (por exemplo, nos séculos XVII não a encontramos em Metz, onde, além da Bíblia e dos salmos, os títulos e os gêneros dos livros possuídos são muito variados), porém caracteriza o luteranismo majoritário e arraigado dos Estados alemães e também um calvinismo de modalidade puritana num mundo do livro mais raro.

Assim foi na América dos séculos XVII e XVIII, caso extremo da prática protestante do livro.³⁶ A leitura e a fé aí estão ligadas indissociavelmente, definindo uma cultura inteira baseada na familiaridade com o texto bíblico. Este é ouvido antes de ser lido, pois freqüentemente o pai o lê em voz alta para a família ou o criado o lê para os parceiros. Joseph T. Buckingham, o editor do primeiro jornal de Boston, lembra em suas memórias, publicadas em 1852: "Durante vários anos li todos os dias [na presença de meus amos] pelo menos um capítulo da Bíblia e muitas vezes dois ou três. Estou certo de que li a Bíblia inteira no mínimo umas doze vezes antes de meus dezesseis anos, sem ou-

Um homem jovem, de costas voltadas para a lareira — por que não um estudante? Na arte do retrato, a presença do livro sempre é dos mais seguros indicadores de uma condição, um estado, uma posição. (Escola flamenga, século XVII, Paris, Louvre.)

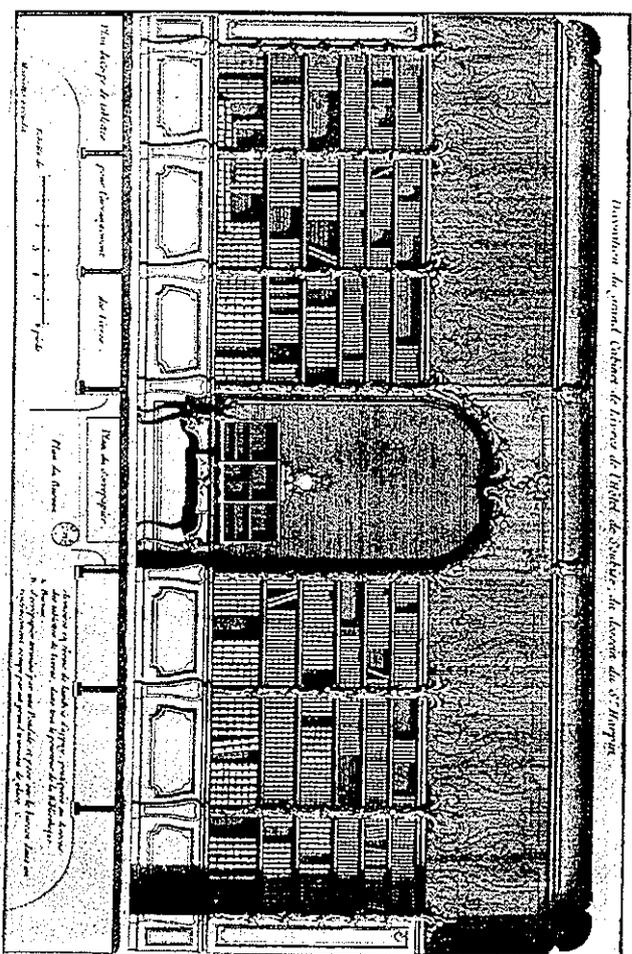
O reverend dr. Ezra Stiles (1727-1795), ministro da Igreja congregacionalista, professor de história eclesástica, presidente do Yale College — a própria encarnação do genete puritano. Na parede de seu gabinete, em encadernações idênticas, Plazão, Tio Lívio, a História eclesástica de Barleão da Cesária, os Principia de Newton, uma História da China, um livro em hebraico, os pregadores puritanos (Isaac Watts, Cotton Mather). Todos os comentários estão aqui reunidos para dizer que a erudição enciclopédica é a terra necessária da fé em Deus, todo-poderoso, omnipotente no coração do fiel. (S. King, 1771, New Haven, Yale University Art Gallery.)



tras omissões além dos capítulos 'quebra-queixo' (*juin-breaking chapters*) das Crônicas. Li com maior frequência os livros históricos, e tanto seu conteúdo como sua linguagem tornaram-se tão familiares para mim quanto as graças ditas antes e depois das refeições — sem mudar uma palavra durante nove anos". Portanto, nessa cultura saber ler é natural, pois quando a criança se depara com a escrita reconhece de imediato textos já ouvidos, memorizados, muitas vezes até decorados. Buckingham declara, por exemplo: "Não tenho lembrança de uma época em que não sabia ler. Em dezembro de 1784, quando completei cinco anos, fui à escola: o professor perguntou-me então se sabia ler, e respondi que sabia ler a Bíblia. O professor sentou-me em sua cadeira e apresentou-me uma Bíblia aberta no capítulo quinto dos Atos. Li a história de Ananias e Safira, castigados porque mentiram. Ele me acarinhou a cabeça e elogiou-me pela leitura".

Assim, ler significa retomar sempre os mesmos livros, pouco numerosos além da Bíblia e transmitidos de geração a geração. Tal leitura, que podemos qualificar de "intensiva", tem suas formulações radicais, como a do quacre William Penn: "Tende apenas alguns livros, porém bem escolhidos e bem lidos, relativos a assuntos religiosos ou civis. Ler numerosos livros só afasta demais a mente da meditação. Ler muito constitui uma opressão da mente". Tem também seus métodos. Num sermão publicado em Boston em 1767 encontramos estas recomendações: "Se de aplicados ao ler a santa Escritura: primeiro, toda manhã e toda noite deveis ler um capítulo de vossa Bíblia ou alguma passagem de um sermão piedoso, e quando ledes não deveis percorrer o texto e depois largá-lo — é melhor não ler que ler assim. Ao ler deveis dar especial atenção ao que ledes, e ao terminar deveis retomar o que acabastes de ler".

De fato, a leitura repetida dos mesmos textos é a prática usual dos protestantes americanos. Samuel Goodrich, autor e editor, diz em suas lembranças, publicadas em 1857: "Em nossa Bíblia familiar está escrito que meu pai leu este livro sagrado inteiro treze vezes em 25 anos". E, em seu testamento, o bostoniano Robert Keyne declara: "Como legado particular a meu filho, um pequeno livro escrito à mão que está em meu gabinete, dedicado a 1 Cor. 11, 27, 28. É um tratado sobre o sacramento da ceia. É um livrinho de bolso com encadernação de couro, escrito de meu próprio punho, que considero mais precioso que o ouro e que li, creio, centenas de vezes. Descio e espero que meu filho nunca se separe dele enquanto viver". Lidos e reídos, os textos religiosos habitam a mente dos fiéis, aos quais fornecem referências e conforto, maneiras de dizer ou de escrever, uma forma de organizar toda a existência individual ou comunitária a partir da Palavra divina. Por exemplo, as experiências de Joseph



Projeto de uma grande biblioteca, luxuosa e ostentadora, elaborada por Harpin. Os livros são dispostos classicamente, por ordem decrescente de importância; os infólios embainhados, os pequenos formados, in-doz e a papeteria, tendo sobre ela um relógio, e a elegante estante, no retiro de Luís XV, o fundo se faz leve, e a biblioteca no mesmo tempo ostenta a posição social e é um local confortável. (Estádio de Decoration du grand cabinet de livres de l'hôtel de Sohier, gravura de Morelle.)

A BIBLIOTECA
OU O RETIRO
ISOLADO DO MUNDO

Crosswell, um pregador itinerante, nascido em 1712 e convertido por ocasião do Grande Despertar religioso, o *Great Awakening*: "Creio não ter tido consolo maior [que] lendo a Palavra de Deus. Bendito seja seu Autor glorioso e misericordioso. Esta tarde fui doamente penetrado pelos sopros celestes do Espírito divino enquanto recitava passagens da Escritura". Ou: "Hoje eu disse de cor todo o Livro dos Cânticos". Ou ainda: "Tôrci emogão por volta do meiodia, quando atravessava os bosques recitando os três últimos capítulos dos Cânticos". A cultura puritana da América colonial propõe assim o modelo mais radical da privatização do livro, situado no centro da vida da família, lido para si mesmo e para o outro, decorado, verdadeiramente "incorporado" pelo indivíduo graças a sua consulta íntima e reiterada. Caso-limite, sem dúvida, mas cujos traços principais parecem encontrar-se em outros locais protestantes, nem calvinistas nem puritanos — por exemplo, nas cidades alemãs antes de meados do século XVIII.³⁷

Lido em silêncio (ao menos pelas elites), muitas vezes por mais indivíduos e em maior número, inscrito no centro da sociabilidade e da experiência individual (ao menos nos países protestantes), o livro torna-se assim o companheiro privilegiado de uma intimidade inédita. E para os que podem ter uma, a biblioteca constitui doravante o local por excelência do retiro, do estudo e da medi-



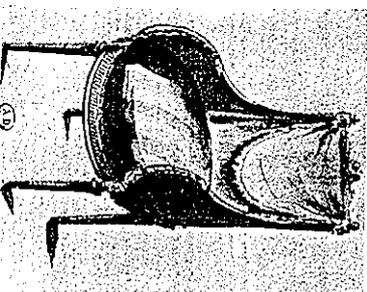
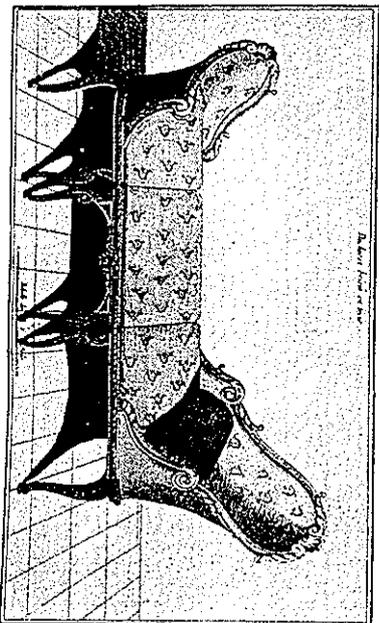
O "grande gabinete de livros" do senhor Harpin parece ter-se tornado realidade — pelo menos no plano da imagem. O comércio do livro tornou-se comércio social, oportunidade de encontros, ocasião de galante proximidade entre jovens leitores e leitoras, sob o olhar compreensivo e simpático dos bastos de pedra. (Folha francesa, século XVIII. Coleção particular.)

ração solitária. Um exemplo dentre outros: Montaigne. Em 1579, ele vende seu cargo de conselheiro no Parlamento de Bordeaux e vai a Paris para imprimir os escritos de seu amigo La Boétie; no ano seguinte, de volta a seu castelo, manda pintar nas paredes de sua biblioteca — uma das "belas entre as livrarias do vi-larjeo" — uma inscrição (em latim): "No ano de Cristo de 1571, com a idade de 38 anos, às vésperas das calendas de março, aniversário de seu nascimento, Michel de Montaigne, desde muito já farto da escravidão da corte do Parlamento e dos cargos públicos, sentindo-se ainda disposto, veio a descansar no seio das doutas Virgens, na calma e na segurança; ali passará os dias que lhe restam para viver. Esperando que o destino lhe permita perfar esta habitação, estes doces retirados paternos, consagrou-os a sua liberdade (*libertas*), a sua tranquilidade (*tranquillitas*) e a seu lazer (*otium*)".

Portanto, em primeiro lugar a "livraria" é retiro isolado do mundo, liberdade conquistada longe do público. A descrição que dela faz Montaigne no capítulo "De três comércios" (livro III, capítulo III dos *Essaios*) insiste muito nesse papel de refúgio: "Em casa o mais das vezes dirijo-me a minha livraria"; mais adiante, declara que esse "local retirado" é o mais arcado da casa, "agrada-me que seja um pouco penoso e afastado, tanto pelo fruto do exercício quanto por afastar de mim a multidão". Separada da habitação principal pelo pátio que se deve atravessar, a biblioteca é pois o local do melhor dos comércios, aquele estabelecido pelo homem com seus livros — e portanto consigo mesmo. Porém, retiro não significa reclusão ou recusa do mundo. A "livraria" de Montaigne é um local de onde se vê sem ser forçosamente visto e que confere poder a quem ali se refugia. Poder sobre a casa e sua gente: "Dirijo-me um pouco mais freqüentemente a minha livraria, de onde com um gesto comando minha casa. Estou na entrada e vejo abaixo de mim meu jardim, meus viveiros, meu pátio, e na manoreza, olhada ao olhar: "Ela tem três vistas de rico e livre prospecto [perspectiva]". Poder sobre os conhecimentos acumulados nos livros e que um só olhar abarca: "Sua figura é redonda e de plano tem apenas o necessário para minha mesa e minha cadeira e ao curvar-se oferece-me a um só olhar todos os meus livros, distribuídos a minha volta em cinco prateleiras". Com "um só olhar" Montaigne pode igualmente percorrer as sentenças gregas e latinas pintadas nas vigas da biblioteca — citações de Estobem, ali inscritas no início do retiro e depois, em 1575 ou 1576, parcialmente recobertas por outras, colhidas em Sexto Empírico e na Bíblia.

Essa tensão entre a dupla vontade de subtrair-se à "multidão" e de manter o domínio sobre o mundo remete, sem dúvida, à absoluta liberdade que o comércio dos livros permite, portanto ao

A leitura do século XVIII tem seus motivos predilecos: a beirige de espaldar reto e braços maços, que se pode guarnecer com almofadas; a ducheuse, manta ou tã, em que o corpo se entrega às delícias da leitura. (Estrádo de François Boncher, Amuebllement et Décoration intérieure, 1760-1780.)





Um retrato de John Locke, colecionador de livros, desenhado por G. Kneller (que dele fez vários) e gravado em 1738. A edição em três volumes de *Works of John Locke* (primeira edição em 1714, quarta em 1740) está incluída na representação. (Paris, Biblioteca Nacional.)

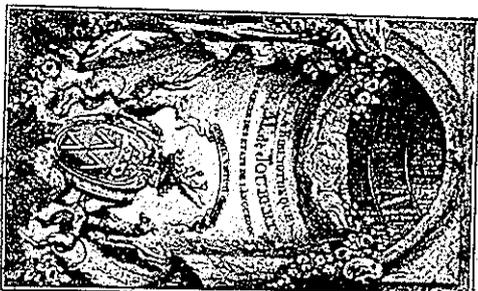
soa da armariação de seus livros (13 de outubro de 1660: "Passei a tarde instalando prateleiras em minha biblioteca [*study*]"), da catalogação (4 de fevereiro de 1667: "Um pouco no escritório, depois em meu quarto, onde terminei o catálogo de minha biblioteca, escrito de meu próprio punho; então ceia e cama, onde dormi bem"); tendo quase perdido a vista, pedo a sua irmão que conchita a tarefa (24 de maio de 1669: "Em Whitehall a manhã toda, depois [fui] para casa, onde pus meu irmão para trabalhar na catalogação de minha biblioteca"). Quer também que suas obras tenham bela aparência, o que muitas vezes o leva ao encadernador (3 de fevereiro de 1665: "Voltei da Bolsa a pé e no caminho apañhei meus livros que deixei em minha livraria para encadernar. Para dar a meus velhos livros uma encadernação que combine com minha biblioteca gastei três libras, sendo que na conta entraram outros livros novos; mas ficaram muito bem"). Sinal de que a biblioteca é um dos locais mais privados é o fato de que Pepys ali "guarda" seu dinheiro e trata de seus negócios. Em 11 de dezembro de 1660, depois de falar na taberna sobre os meios mais vantajosos de aplicar o dinheiro, anota: "Subi para a biblioteca [*study*], onde reuni uma soma de cem libras que lancei para reservar. Depois, para a cama". E em 18 de julho de 1664 volta para casa com um de seus decedores: "que aproveitou para reconhecer as obrigações que me deve e depositou vinte moedas de ouro numa prateleira de minha biblioteca".

Em Locke, colecionador e erudito, a atenção dedicada aos livros se encarna em todo um conjunto de gestos minuciosos que imprimem a marca de seu possuidor em cada uma das obras possuídas e organizam as possibilidades de consultá-las. Ao voltar para a Inglaterra depois dos anos de exílio nas Províncias Unidas, Locke instala sua biblioteca nos dois cômodos que a partir de 1691 aluga de sir Francis Masham em seu castelo de Otes, em Essex, acerca de trinta quilômetros de Londres. Depois de arrumar os livros nas prateleiras, Locke se põe a trabalhar, auxiliado por um assistente: atribui um código a cada obra (escrito numa etiqueta que por sua vez é colada na lombada do livro e repetido no verso da capa); depois registra cada código primeiro em páginas inscritas no *Catalogus impressorum* da Bodleiana, publicado por Hyde — que lhe serve ao mesmo tempo de bibliografia comentada e de catálogo para sua própria biblioteca —, e a seguir em dois catálogos de mais fácil manuseio. Assim a coleção se torna utilizável, pois os códigos dos catálogos permitem localizar facilmente os livros nas prateleiras onde estão arrumados por tamanho, em duas fileiras, sem ordem temática.

A partir daí todo livro que entra na biblioteca é objeto de cuidadosa apropriação: Locke põe sua assinatura no verso da capa, ao lado do código, sublinha os últimos algarismos da data no frontispício, riscar a numeração da última página, anota o preço que pagou (geralmente na décima primeira página do livro), registra có-

digo, data e paginação em seus catálogos. A leitura atrescenta novos sinais, pelo menos em alguns livros: indicações de páginas no verso da contracapa, às vezes notas escritas em folhas intercaladas, geralmente símbolos (letras em itálico, pontos e hífens, sinais de mais e de menos, rubricas), cujo significado desconhecemos — alguns parecem referir-se aos méritos da edição ou do texto ou ainda à presença de um segundo exemplar na biblioteca. Para Locke o comércio do livro é, pois, um trabalho que exige tempo, que suporta múltiplos manuseios, que inscreve em cada livro traços de sua aquisição, de sua classificação, de sua leitura. Objeto respiciado — Locke nunca escreve nem sublinha as páginas que contém o texto —, objeto da intimidade mais pessoal, o livro merece ser confiado a quem saberá fazer bom uso dele. Em seu testamento Locke determina o destino de sua biblioteca: algumas obras irão para dame Damaris Masham, a segunda esposa de seu amigo ("quatro infólios, oito in-quartos e vinte livros de formato pequeno que ela escolherá entre os volumes de minha biblioteca"); outras para mr. Anthony Collins de Middle Temple, um livre-pensador, amigo recente de Locke; e o essencial dos 3641 títulos será dividido entre Peter King, seu primo, e Francis C. Masham, o filho de Damaris Masham, "quando tiver atingido a idade de 21 anos".⁴⁰

O vínculo entre presença do livro, hábito da leitura e intimidade se afirma na Inglaterra do século XVII. Por um lado, como atestam os inventários após falecimento das cidades de Kent, no começo do século o livro está presente com menor frequência no cômodo mais aberto da casa, aquele onde se recebem as visitas, o *hall*, e cada vez mais nos recantos do isolamento pessoal ou conjugal, no gabinete (*chamber*) ou no quarto de dormir. Entre o período de 1560-1600 e os anos de 1601-1640, a porcentagem de livros encontrados nos *halls* cai de 48% para 39%, porém a das obras mandadas na área íntima da casa pula de 9% para 23% — o quarto passa para o segundo posto como local onde se conservam os livros, vindos antes mesmo do escritório (*study*) ou do salão (*parlor*). A essa nova localização corresponde a prática freqüente da leitura antes de deitar-se. É aquela dos leitores de Kent, como a esposa de um *yeoman* de Otham que num depoimento de sua criação perante a justiça figura "lendo seu livro como freqüentemente costuma fazer antes de se deitar". É aquela também de Pepys, em cujo diário figura comumente anotações como: "Em casa para ceiar, depois leitura e cama" (1º de maio de 1667); "Depois da ceia e de um pouco de leitura, cama" (20 de maio do mesmo ano). Esta leitura da noite não é necessariamente solitária. Pode ser um ato da intimidade conjugal: cada um lê um livro ("De volta à casa, pus-me a ler *History of Abyss*, de Fuller, e minha mulher leu *Le grand Gyron* até meia-noite, e depois cama", em 7 de dezembro de 1660), ou o casal lê junto o mesmo texto (poemas de Du Bar-



O ex-libris é a marca mais comum da posse do livro, singularizando o exemplar portado. Na simbologia inventada para sua coleção, o colecionador dos Estados de Languechou mantém incluídas suas armas e a imagem de uma biblioteca que inscreve em cada obra a representação do todo do qual ela participa. (Paris, Biblioteca Nacional.)



tas, em 2 de novembro de 1662; fábulas de Espopo, em 24 de maio de 1663), ou ainda um dos dois lê em voz alta para o outro. Dia 2 de novembro de 1660: "No cemitério Saint-Paul, comprei de Kirton um livro de missa por doze xelins. De volta à casa, tive prazer em ler algumas passagens para minha mulher, que antigamente conheceu tudo isso a fundo [Elizabeth Marchand, a esposa de Pepys, era filha de um huguenote francês exilado e durante algum tempo fora interna das ursulinas de Paris]. E depois, cama". Muitas vezes também Pepys manda o criado ler para ele — antes mesmo de sua visão começar a alterar-se. Dia 22 de setembro de 1660: "Hoje à noite chamei o criado para meu quarto a fim de que sua irmã o ensinasse a colocar-me na cama; depois ele leu para mim, e o fez muitíssimo bem". Dia 9 de setembro de 1666: "Fui para a cama na casa de sir W. Pen [após o incêndio de Londres, Pepys teve de deixar seu apartamento arruinado]. Meu pequeno doméstico Tom leu para mim até eu adormecer". Dia 25 de dezembro de 1668: "Junto dela [sua esposa, que conserva uma sala] mandei o criado ler a *Vida de Júlio César* e o *Tratado* de Descartes sobre a música, do qual não entendo nada [...]. Após a ceia, o rapaz tocou alaude para mim, e de coração contente fomos para a cama". Como a presença do escriba na "livraria" de Montaigne, a do criado-leitor no quarto de Pepys em nada quebra a intimidade com o livro e insere-se num privado que não é forçosamente solidão individual.

Em contrapartida, uma relação estritamente pessoal entre o leitor e seu livro, sem mediador nem companheiro de leitura, pode muito bem existir fora de casa, num espaço externo e aberto. Pepys lê em casa, à noite, mas também lê muito quando se desloca por Londres. A leitura acompanha a caminhada. Dia 18 de novembro de 1663: "Fui até Deptford para pagar o soldo da tripulação do *Milford*. À tarde, deixei sir W. Pen terminar os pagamentos e voltei para casa a pé, lendo um livrinho de poemas de Cowley que meu irmão me deu". Em 9 de maio de 1666, nova ida a Deptford: "Voltei a pé lendo meu livro de direito civil". Dia 17 de agosto de 1666: "Pelo rio até Woolwich, depois a pé, sozinho, até Greenwich. Terminei *The adventures of fine hours* [As aventuras de cinco horas], que definitivamente é a melhor peça que li em minha vida". A leitura também preenche o tempo das viagens de barco pelo Tâmisa. Dia 1º de maio de 1666: "Fui a Redriff pelo rio lendo um novo livro francês: *L'histoire amoureuse des Gaules* [A história amorosa das Gálias], divertido libelo sobre os amores na corte de França". Em 10 de junho de 1667, ele volta de Gravesend: "Retornei à casa lendo o livro de monister Boyle sobre a hidrostática [...] Quando ficou escuro demais para ler, deitei-me para dormir um pouco. A noite estava linda".

Ler em silêncio, para si mesmo, basta para criar uma área de intimidade que separa o leitor do mundo exterior; portanto, mes-

Na hora do desjejum, uma leitura em voz alta feita pelo criado — que trouxe a ressonância pelo livro — à procura. Ler para os pais é uma das tarefas dos domésticos; dar a preferência por criados instruídos e a grande alfabetização dos domésticos masculinos no final do século XVII. (Hebert Robert, O desjejum de madame Geoffin, Paris, Coleção particular)

no no meio da cidade, na presença de outrem, ele pode ficar sozinho com seu livro e seus pensamentos. Porém, algumas leituras demandam maior isolamento. Em 13 de janeiro de 1668, Pepys se detém em seu livro: “Vi um livro francês que parecia mandar traduzir para minha esposa, *L'escholle des filles* [Escola das moças, atribuído a Michel Millot e Jean l'Angel; contada, depois de dar uma espiada, constarei que era a obra mais licenciosa, mais impudica que existe, ainda pior que *La puiana errante*, de Aretino. Assim, tive vergonha de lê-lo e fui para casa”. Mas parece que a vergonha não perdura, pois em 8 de fevereiro Pepys volta ao livro: “Fiquei ali uma hora e comprei esse livro tope, malicioso, *L'escholle des filles*. Escolhi um exemplar de encadernação bem comum, decidido a queimá-lo tão logo o leia para que não faça parte da lista de meus livros nem possa desonrar minha biblioteca se vierem a encontrá-lo ali”. No dia seguinte, Pepys está impaciente para ler essa obra promissora: “Hoje de manhã no gabinete para trabalhar e também para ler um pouco *L'escholle des filles*. É uma obra muito licenciosa, porém não é errada um homem sério folheá-la a fim de aprender a conhecer a infâmia do mundo”. E à noite, após um almoço e uma tarde bem regados com bebidas, entre amigos, informa: “Subi para meu quarto a fim de reler *L'escholle des filles*. [E misturando as línguas como costuma fazer em tais ocasiões, não esconde os efeitos de tal leitura: “*It did hazer my pitch para stand all the while, and maia vez to débanger*” (Ela deixou meu pau creto todo o tempo e ejaculei uma vez.)] Quando terminei de ler o livro, queimei-o, a fim de que não seja encontrado em minha biblioteca, para minha vergonha. Depois, ceia e cama”. A leitura licenciosa não pode ser exposta ao olhar de outrem: refugia-se num espaço fechado que dissimula (o escritório) ou protege a intimidade (o quarto) e exige a eliminação de todos os vestígios que possam denunciá-la.

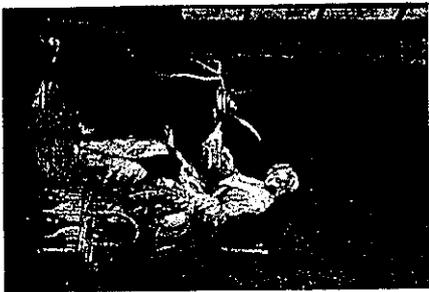
A LETTORA

Os leitores ingleses do século XVIII atestam claramente a privatização da leitura que caracteriza a era moderna, mas atestam também a diversidade das práticas que viabilizam essa privatização. No século XVIII, a equivalência entre leitura e privado está bem estabelecida, como se a prática do ler bastasse para designar toda a esfera da existência íntima. Comprova isso um quadro de Chardin, *Os divertimentos da vida privada* (atualmente no National Museum, de Estocolmo). Em 1745, Chardin recebeu uma encomenda de Louise Ulrique da Suécia para elaborar dois quadros sobre “a educação severa” e “a educação branda e insinuante”, porém decidiu pintar dois outros temas: uma mulher surpreendida em sua leitura, com um livro nos joelhos; e uma mulher ocupada em registrar suas despesas domésticas depois de fazer as compras da casa. O dipinto opõe, portanto, o tempo do lazer pessoal ao da administração familiar, a leitura do livro à escritura das contas, a dis-

tração íntima à virtude doméstica. O segundo quadro foi intitulado *A administradora*: o primeiro, *Os divertimentos da vida privada* — e isso tão logo é concluído, pois assim o denomina o embuidador da Suécia em Paris numa carta de outubro de 1746; depois que o quadro foi exposto no Salão; assim também o designa uma gravura elaborada a partir dessa obra em 1747.¹¹ Temos aí uma espécie de sinédoque pictórica em que a parte (a leitura) remete ao todo (a vida privada), em que a evocação de uma só prática — a do livro — basta para designar os prazeres da vida no foro privado quando se furra às tarefas e aos espaços da comunidade familiar.

Nessa representação de uma leitora, os contemporâneos reconhecem um tema clássico: o da leitura do romance. Vejamos duas descrições do quadro. Em suas *Reflexions sur quelques caractères de l'état présent de la peinture en France* [Reflexões sobre algumas causas da atual situação da pintura na França], publicadas em 1747, Lafont de Saint-Yéme o vê assim: “[E]le [Chardin] apresentou este ano uma obra que mostra uma amável preguiçosa sob a figura de uma dama vestida informalmente e segundo a moda, com uma fisionomia muito interessante, emoldurada por um toucado branco arado sob o queixo e que lhe esconde os lados do rosto. Um dos braços, repousando sobre os joelhos, segura negligentemente uma brochura. À seu lado, um pouco mais atrás, há uma roca de fiar sobre uma mesinha”. Um ano depois, as *Observations sur les arts et quelques morceaux de peinture exposés au Louvre en 1748* [Observações sobre as artes e algumas obras de pintura expostas no Louvre em 1748] assim descrevem o quadro — cujo título é alterado para *Os divertimentos da vida “pacata”*: “Representa uma mulher displicentemente sentada numa poltrona com uma brochura numa das mãos, pousada em seu regaço. Uma espécie de lagor domina-lhe os olhos, voltados para um canto do quadro, e indica que ela lia um romance e que as ternas impressões recebidas a fazem sonhar com alguém que gostaria muito de ver chegar”. Assim, a leitura pintada por Chardin é duplamente qualificada: por objetos, por posturas. Os primeiros inscrevem a prática no conforto de um interior abstrado. A poltrona da leitora é uma *bergère* de espaldar alto e braços estofados, provida de uma espessa almofada e que permite à ocupante repousar os pés num pequeno escabelo. Em outros tipos de móveis, como as *chaises longues* ou as *duchesses*, a leitora pode relaxar ainda mais e ficar quase deitada. A “dama vestida informalmente e segundo a moda” usa uma dessas roupões de interior ao mesmo tempo quentes e leves, em geral chamadas *fièvres*, que não são nem totalmente para orientar nem indumentárias para seduzir. O livro que segura na mão é uma “brochura”, ou seja, não foi encadernado; porém um atrilizado baixo, situado no canto do aposento, guarda algumas encadernações de formatos mais imponentes.

Para os comentaristas, as posturas são as de abandono: “ne-



Os dois quadros de Jean-Baptiste Chardin — Os divertimentos da vida privada (Eticochino, Nacionismucent) e A administradora, aqui na pintura elaborada por Jean-Philippe Le Bar en 1754 — contrapõem dois papéis da mulher: dois momentos da vida doméstica, duas posturas da escrita, e Chardin os pintou depois de seu casamento com Françoise-Marguerite Bourgei.



gigantemente", qualifica a do braco; "displacientemente", a do corpo; o "langor", a do olhar. Assim, todos os indícios são reunidos para caracterizar a leitura do romance que alimenta sonhos perturbadores, nute expectativas sentimentais, excita os sentidos. Em tais descrições, o espectador contemporâneo tem alguma dificuldade para reconhecer o quadro de Chardin, que, ao contrário, mostra um corpo que não se enlamece, um olhar em nada perturbado, um interior confortável porém austero. Parecendo de fato descrever outras telas — por exemplo, *A leitora*, de Baudouin, que mostra uma jovem totalmente entregue, numa representação muito erotizada —, tais observações expressam a força de uma associação entre leitura feminina, ócio preguiçoso, prazer sensual e intimidade secreta. Mais ainda que o quadro, deliberadamente afastado do *topos*, seus comentários mostram como os homens do século XVIII vêm a leitura feminina, transformada então no ato do privado por excelência, aquele que só à intromissão do pintor pode arrancar de sua silenciosa solidão,



En Pierre-Antoine Baudouin, um interior confortável, matto, protegido pela porta fechada e pelo biombo aberto. À esquerda, os conhecimentos deixados de lado, simbolizados por grandes tijolos fechados sobre a mesa ou colocados no chão; à direita, os objetos do prazer feminino: a guitarra, o coração, o romance que pertubou a leitora, entregue a suas imaginações sensuais. O pintor joga com dois planos: um, moral, que pressupõe contas as seduções da leitura; o outro, galante, que viola a moralidade da jovem sonhadora. (Paris, Museu de Artes Decorativas.)

OUVIR LEITURA

Todavia, essa imagem predominante que no século XVIII lacia e feminiza uma leitura de intimidade antes religiosa e majoritariamente masculina (pensemos nos leitores de Rembrandt, cremitas ou filósofos, isolados do mundo para meditar o livro) não anula todas as práticas antigas, ao contrário. Entre os séculos XVI e XVIII, a leitura em voz alta num grupo de amigos diletos ou de companheiros casuais, torna-se um dos elementos essenciais da sociabilidade — mesmo entre a elite. No limiar da era moderna, as obras às vezes indicam isso. É assim que o *corrector de la impression de La Celestina* (publicada em Toledo em 1500 com o título *La comedia de Calisto y Melibea*) explica como se deve ler o texto num dos ociosos que acrescenta à obra, denominado *Dize el modo que se ha de tener leyendo esta tragicomedia* [Diz o modo como se há de ler esta tragicomédia]. O leitor ao qual se dirige é um orador, que deve saber variar o tom, encarnar todas as personagens, dizer os apertes entredentes (*cuando que sepas hablar entre dien-*



A leitura de alto numa intimidade preservada. A leitura em voz alta não aborre toda a atenção, porém demonstra o jogo dos olhares focados ou fugidos, indicando complicitades ou descomp. Dirigido por duas mulheres, o espectador é coberto obrigatoriamente numa posição de observador do pequeno grupo que lhe é apresentado. (Jean-François de Troy, Leitura de Molière, 1728. Coleção da margarina de Chabrandevy.)

(ca), mobilizar *mil artes y modos* de ler a fim de prender a atenção dos que o escutam, de *los oyentes*. Como as comédias latinas e humanistas, *La Celestina* foi escrita para uma leitura "teatral", porém em voz única, destinada a um auditório restrito e selecionado. Num prólogo acrescentado à edição de Saragoça de 1507, que alude às opiniões contraditórias sobre a obra, o autor justifica essa diversidade de juízos pelas próprias condições de sua leitura: "Assim, quando dez pessoas se reunem para ouvir esta comédia (*cuando diez personas se juntaran a oír esta comedia*), havendo nelas tantos humores diferentes como sempre ocorre, negar-se-á que não existam motivos de discussões sobre coisas que se pode ouvir de tantas maneiras diferentes?". Dez ouvintes, reunidos espontaneamente em torno de um texto lido em voz alta: o livro aqui cimenta a sociabilidade cultivada, mundana ou amistososa. Do mesmo modo que *La Celestina*, outros textos, como as pastorais ou romances, são objetos privilegiados dessas leituras nas quais uma voz transmite a um pequeno grupo a palavra escrita. Censantes lembra isso no

Quiérote, primeiro apresentando no capítulo XXXII da primeira parte uma leitura em voz alta, a da novela do *Curioso impertinente*, feita pelo vigário ao pequeno grupo reunido na estalagem e avido para ouvi-lo; depois, intitulando o capítulo LXVI da segunda parte: "Que trata do que verá quem o ler ou do que ouvirá quem o escutar ler".

Escutar ler. No século XVII, a prática é frequente. Nos exercícios em campanha, tal prática preenche as horas de folga, fortalece as amizades, nutre os pensamentos. Primeiro porta-bandeira, depois tenente no regimento da Normandia entre 1635 e 1642, Henri de Campion descreve em suas *Memoires* a sociabilidade militar da leitura: "Eu tinha meus livros, que faziam parte da carga de minha carroça dos quais me ocupava com bastante frequência, às vezes sozinho, na maior parte do tempo com três amigos meus do regimento, pessoas inteligentes e muito estudiosas. O chevalier de Sevigné, breão e capitão da unidade, era um deles; homem de espírito estudioso e muita leitura e que desde a infância sempre esteve na guerra ou na corte. Le Breuil-Mareillac, gasão, irmão do tenente-coronel e meu capitão, era o terceiro de nossa sociedade. Estudara até os 28 anos, tendo sido destinado pelos pais à Igreja, que deixou para tomar a espada depois de empregar muito bem o tempo no colégio e em seguida na Sorbonne. Era um temperamento tranquilo, dócil, sem nada da rudeza dos militares. D'Almirat, de Paris, tenente, meu amigo íntimo, era o quarto de nosso estudioso comércio; tinha o espírito polido, agradável em todas as conversações, e o caráter inteiramente sociável". O livro lido, escutado, discutido estabelece entre os quatro amigos um elo forte e duradouro: "Eram três homens com os quais eu passava minhas horas de folga. Após debater juntos os temas que se apresentavam, sem disputa amarga nem vontade de aparecer às custas dos outros, um de nós lia alto um bom livro, cujos trechos mais belos examinávamos, para aprender a bem viver e bem morrer, segundo a moral, que era nosso principal estudo. Muitos tinham prazer em ouvir nossas conferências, que lhes eram úteis, creio, pois nada dizíamos que não conduzisse à virtude. Nunca mais encontrei sociedade tão agradável e inteligente; ela durou os sete anos que servi no regimento da Normandia". Diferentes modos de leitura e de relações com o livro definem assim práticas ligadas, sociabilidades entusiasmadas: a leitura solitária alimenta o estudo pessoal e o comércio intelectual; a sociedade amistosa basca-se na leitura em voz alta, na glosa, na discussão, porém estas também podem reunir um auditório mais amplo que se instrui ouvindo os textos lidos e os argumentos expostos.¹²

Tais sociedades, "agradáveis" e "inteligentes", também existem na cidade. Antes das academias oficiais é em torno do livro, discutido, emprestado, folheado, lido em voz alta, que se constitui



Leitura entre mulheres, dentro e fora de Chabrandevy. Uma escuta, a outra não. (Paris, Biblioteca Nacional.)

uma sociabilidade intelectual da reunião entre amigos seletos. O exemplo lionês mostra bem isso, sob duas modalidades. Com efeito, a reunião pode ser regular e incluir os mesmos participantes; assim, a “pequena academia” criada em 1700 e que semanalmente faz sete eruditos e amigos encontrarem-se em assembleias familiares realizadas na casa de um deles. Eis o que diz Brossere, um dos fundadores e advogado do Presidial Tribunal que, em última instância, julgava pequenas causas, numa carta dirigida a Boileau em 16 de julho de 1700: “O local onde as realizamos é o gabinete de um de nossos académicos; ali ficamos no meio de 5 a 6 mil volumes que compõem uma biblioteca tão seleta quanto numerosa. Eis aí um apoio imediato e muito agradável para conferências eruditas”. Às vezes, porém, a reunião em torno do livro é mais espontânea, realizando-se por ocasião de uma visita a um amigo. Laurent Dugas, presidente da *Cour des monnaies* e um dos sete “acadêmicos”, apresenta em sua correspondência numerosos exemplos disso. Em 12 de janeiro de 1719: “Ontem, após o jantar, passei boa parte do tempo em meu gabinete com o padre de Viry e o padre Jollard, mestre de retórica. Servi-lhes chocolate; falamos de monsieur de Cambrai, discutimos literatura. O padre de Viry quis ver na nova edição de são Clemente de Alexandria, que o bispo de Oxford publicou e que eu tenho, se o editor fez algumas observações sobre trechos que ele havia notado”. Em 27 de março de 1731: “Cheinei apareceu depois do jantar e ceou comigo. Lemos algumas cartas de Cícero e lamentamos a ignorância pública, que-ro dizer, o pouco gosto de nossos jovens que se divertem lendo livros novos, com frequência frívolos ou superficiais, e negligenciam os grandes modelos com os quais aprenderiam a bem pensar”. Em 23 de março de 1733: “Monsieur de La Font, gentil-homem a serviço da rainha, chegou e disse-me ter pensado que eu gostaria de ouvir a leitura de uma nova obra de monsieur de Voltaire intitulada *Le temple du goût* [O templo do gosto], mas, se eu concordasse, esperaríamos meu filho, que fora a Brignais de manhã para voltar à noite. Ele chegou cerca de meia hora depois e foi o leitor; a leitura durou bem uma hora e meia; minha mulher, que entrou às sete horas, ouviu três quartos dela”. Ouvir ler, ler a dois, falar de livros, conversar no meio deles pressupõem leitores que com frequência leem a sós, na intimidade, mas fazem um uso social do livro.⁴³

A viagem também é uma ocasião propícia para ouvir leitura. Em 26 de maio de 1668, Samuel Pepys retorna de Cambridge para Londres: “Acordamos às quatro horas. Quando estávamos prontos e já havíamos comido, chamaram-nos para subir ao coche e partimos por volta das seis horas. Estavam conosco [Pepys viaja com seu criado Tom] um homem e duas mulheres que viajavam juntos, pessoas muito comuns, e uma dama sozinha, de beleza mediana porém bem-falante, com a qual tive o prazer de travar conversação.



Pedi-lhe que lesse alto o livro que estava lendo no coche e que em *The king's meditations* [As meditações do rei], depois me pus a cantar com meu criado”. A leitura ouvida coletivamente — neste caso a dois mediadores e preces do rei Carlos I antes de sua execução — permite estabelecer um laço temporário, afável, entre companheiros de viagem que não se conheciam. A atenção que todos dedicam ao texto lido, a conversação ou o canto imentam assim uma comunidade anônima e efêmera e tornam o convívio da viagem mais agradável. “Jantamos todos juntos, muito contentes”, diz Pepys, registrando assim o bom efeito de suas iniciativas sociais.

A leitura atua, portanto, nos diversos níveis da privatização assinalados por Philippe Ariès. É uma das práticas constitutivas da intimidade individual, remetendo o leitor a si mesmo, a seus pensamentos ou a suas emoções, na solidão e no recolhimento. Mas também está no centro da vida dos “grupos de convivibilidade” que por opção ou por acaso, em caráter duradouro ou por algum tempo, permitem “evitar o tédio da solidão e o peso da multidão”, recomando as palavras de Forin de La Hogue que em seu tratado *De la conversation* [Sobre a conversação]. No século XVIII, são abundantes as representações dessas sociedades unidas pelo livro lido em voz alta. Representações pictóricas: em 1728, Jean-François de Troy pinta *A leitura de Molière*. Num salão rococó, às três e meia da tarde segundo informa o relógio, cinco mulheres e dois homens confortavelmente instalados em poltronas baixas escutam um de-

A reunião amistosa de homens em torno do escrito. A biblioteca é o cenário natural desse momento, cobertos aqui por Reynolds para *Windsor*, que recebe o quadro “como lembrança dos três amigos que durante a década de 1730 passaram com ele o Natal e a Páscoa, formando assim um cenáculo fora da cidade em sua vila de Strawberry Hill”. No quadro, que foi colocado na mesma sala, três afirmados estetas e letrados: George Richard, segundo conde de Essex, James Williams, contemplando o desenho (John Reynolds), A conversação Britânica. *Museum and Art Gallery*.

Leitura em voz alta feita na taberna por um profissional do ramo, o mensageiro ou arauto, que "sorgitos e ao som de trombas" proclama os textos oficiais. Aqui ele lê uma carta para três pessoas, talvez pouco alfabetizadas ou mesmo analfabetas, que se concentram em ouvi-lo. O pintor holandês assereia, portanto, a representação do ato de ler, a caracterização da atitude de absorção e um tratamento do quadro que o fecha em si mesmo, não apresentando a existência de um espectador. (Ludolf de Jongh, A mensagem, 1657, Mainz, Mitteleuropäischer Landeskundemuseum.)



les ler um livro que tem na mão. O grupo é protegido do mundo pela porta fechada, pelo bionbo aberto, e forma um círculo ao redor do leitor. Representações teatrais: um ano antes Marivaux escreveu *La seconde surprise de l'amour* [A segunda surpresa do amor]. Uma das personagens, Horrensus, apresentado como "pedante", foi contratado pela marquesa como diretor de leitura e leitor: "Há quinze dias contratei um homem a quem atribuí os cuidados de minha biblioteca, não tenho a vaidade de tomar-me sábia, porém estou muito contente por ocupar-me: toda noite ele me lê alguma coisa, nossas leituras são sérias, judiciosas. Ele as ordena de modo que me instrua e me diverte" (ato I, cena VII). Porém, as leituras de Horrensus não se destinam apenas a sua patroa: a marquesa convida as visitas a participarem delas, como o chevalier no ato II: "*Chevalier*, sois livre para ficar, se minha leitura vos agrada" (cena VIII). Nos dois casos, o quadro e o texto, a escura em comum não elimina os sentimentos íntimos. De Troy os sugere pelo jogo

de olhares que se cruzam, se perdem ou se evitam, e Marivaux pela fúria do chevalier com o que ouve ler — o que é um modo de expressar seu nascente amor pela irônica marquesa.

LEITURAS EM FAMÍLIA

Por fim, a leitura em voz alta é uma das práticas que reforçam outro setor da vida privada: o da intimidade da família. Marido e mulher ficam entre si — como na casa dos Pepys, num ato de reciprocidade conjugal. Em 22 de dezembro de 1667, um dentre inflamado prende no quarto a esposa de Pepys: "Após a refeição subi para ficar junto de minha mulher, que ainda sofre muito com esse dente, e passei a tarde lendo para ela e tagarelando para fazer-lhe companhia". Três dias depois, no dia de Natal, é ela que lê para o marido: "A tarde inteira em casa, com minha mulher lendo para mim a *História do tambor*, de mr. Mompesson, estranho relato de fantasmas que vale a pena ser lido". Pai e filho ficam entre si. Dugas, o Lionês, nos fornece muitos exemplos disso: "Passei um tempo considerável com meu filho, lendo em grego e algumas odas de Horácio" (22 de julho de 1718); "Li com meu filho mais velho o *Tratado das leis* de Cícero, e Salústio com o segundo" (14 de setembro de 1719); "À noite jogo xadrez com meu filho. Começamos lendo um bom livro, isto é, um livro de devoção, durante uma meia hora" (19 de dezembro de 1732). A família lê entre si, toda reunida ao redor do livro — principalmente quando ela é protetor e este último é a Bíblia. Os livros reformados de instrução doméstica descrevem e ilustram muitas vezes essa leitura obrigatória — assim a *Oeconomia cristiana*, de Justus Menius, cuja edição de 1554, de Regensburg, mostra no frontispício um pai de família lendo para todas as pessoas da casa, a esposa, e os filhos senta-



Jean-Baptiste Greuze reúne os mesmos elementos neste quadro exposto no Salão de 1755 e que circula sob forma de gravura: "Não há um homem de bom gosto que não possua esta estante", escreve Diderot. A imagem da leitura animada propõe a obra, tanto a termo, à que J. F. de Troy (p. 148) apresenta: a família camponesa e pastora em contraposição ao grupo mundano, a Bíblia no folio em contraposição ao pequeno livro em brochura; a concentração — da qual só não participa o bebê — em contraposição aos pensamentos errantes; o fechamento da cena sobre si mesma em contraposição à abertura do quadro ao olhar do espectador. (Coleção particular.)



dos a sua direita, os criados no outro canto da sala. Sobre a mesa, uma pesada Bíblia, um livro menor (o *Oeconomia*, talvez?), óculos, uma ampulheta.⁴⁴ Por certo essa leitura paterna e bíblica não é uma prática efetiva de todos os proterantes, porém ocorre com-provadamente em numerosos lugares, da Suíça do século XVI (onde Félix Platter se lembra das leituras de sua juventude, feitas por seu pai, Thomas: "Meu pai tinha o hábito de ler a Escritura para nós e rezar a partir dela antes de irmos à igreja") à Nova Inglaterra do século XVIII.

Sociabilidade do convívio, intimidade familiar e doméstica, isolamento individual: são as três esferas da vida do Ocidente em que o livro e suas leituras detêm uma posição primordial. A consagração não vale apenas para os que estão familiarizados com a escrita e que compõem as diversas elites das sociedades da era moderna. Nos meios populares também se pode encontrar uma mesma pluralidade dos usos do impresso — com a diferença de que em tais meios os impressos nem sempre são livros. A leitura em voz alta feita por quem sabe ler para os que sabem menos bem ou nada constitui uma prática habitual, na cidade e no campo, por trabalho ou por lazer, ao acaso da rua ou entre companheiros de labuta. Os objetos de tais leituras são variados, indo dos "*livres de pourriture*" — coletâneas de modelos e padrões manejados nas oficinas do século XVI — aos cartazes afixados nos muros da cidade, dos textos religiosos (na Suábia, em fins do século XVIII, os camponeses se reúnem para ler juntos a Sagrada Escritura⁴⁵) aos livros de ampla circulação, como na França a *Escritura*⁴⁶) aos livros *bleue* ("Biblioteca azul", lídos não nos serões familiares, em que não se lê, e sim nas assembleias dos que partilham a mesma existência. Este também é o caso dos pastores da Lorena no começo do século XVIII, segundo o depoimento de Janmery-Duval.⁴⁶)

Na Espanha dos séculos XVI e XVII, formam-se audições populares para ouvir a leitura em voz alta de vários escritos, sobretudo, de cavalaria. São ouvidas pela gente humilde da cidade, segundo informa Juan Arce de Ortolora num texto de 1560: "Diz-se que, em Sevilha, há arções que nas festas e à noite le-vam um livro [de cavalaria] e o lêem nas *Gradas*" — ou seja, diante da catedral.⁴⁷ São ouvidas também pelos camponeses, ao menos no *Quixote*, naquele mesmo capítulo XXXII da primeira parte que já citamos: lembrando as novelas de cavalaria que possui, o estalajadeiro declara: "Na verdade, não conheço melhor leitura no mundo. Tenho aqui dois ou três desses livros [...] que muitas vezes me deitam a vida, não só a mim como a muitos outros; pois na época da colheita muitos segadores vêm reunir-se aqui nos dias de festa, e entre eles sempre se encontra um que sabe ler e pega um desses livros, e nós nos colocamos a sua volta, mais de trinta, e ficamos ouvindo-o com tanto prazer que nos tira mil cabelos brancos".

COSTUMES POPULARES

Às vésperas da Revolução, os redatores do novo periódico destinado ao campo, *Le feuille villageois*, retomam um desenho elaborado por Marnhier em 1777 para explicitar seu projeto pedagógico e civilizatório: "Parece-nos que os ricos proprietários, os fazendeiros abastados, os curas pastores, os médicos e os cirurgiões [...] terão um meio de tornar-se mais úteis aos camponeses, seus concidadãos, proporcionando-lhes, fazendo-lhes pessoalmente a leitura deste jornal [...]. Tais leituras públicas formam uma comunidade nova e pequenos clubes camponeses que divergem as verdades e as virtudes sociais". Na imagem, a leitura e a ligação do notável, feitas num domingo à sombra da mitra, vemem sobre a arte essencial de fazer o pão. (Paris, Biblioteca Nacional.)

Em algumas dioceses do sul da França, particularmente em Lyon, durante o ritual do casamento o noivo entrega à noiva uma "carta", ao mesmo tempo em que lhe coloca no dedo a aliança. O objeto faz o próprio texto do ritual, manuscrito ou impresso, o nome dos noivos e a data do casamento escritos pelo noivo que assina e uma iconografia em que quase sempre se encontram os quatro evangelistas, muitas vezes a Anunciação e o casamento da Virgem, e mais raramente a tentação de Eva. Ligada a um momento importante da vida, recebida como prova de uma dominição honrosa, carregada da lembrança do casal, essas "cartas" instalam o traço escrito e a imagem cristã no âmbito das intimidades populares. (Coleção particular.)



Reunidos em torno de *Don Cirongilio de Tracia* ou de *Helmarie de Hincania*, os camponeses e a família do estalajero (incluive a criada Matronnes) ouvem os relatos sem o menor cansaço, desejando, ao contrário, que nunca terminem — "gostaria de ficar ouvindo-os noites e dias" (*Querría estar oyéndolos noches y días*), declara o dono da casa. Outros textos, porém, também favoreceram tais leituras, como os dos *pliegos sueltos* ou *pliegos de corbel*. Partes no formato tipográfico (in-quarto com duas a decréscis páginas) e na forma poética (em geral são *romances* octossilábicos e assonantes), essas peças destinam-se à oralização: seus títulos, de estruturas fixas, podem ser criados por quem as vende — muitas vezes declamados cegos reunidos em confrarias — e seus textos, facilmente declamados ou cantados perante um público que tem acesso à escrita através do ouvido.

Hoje, a relação popular com a escrita não se restringe a essa leitura ouvida. Entre os séculos XVI e XVIII, a escrita penetra na intimidade de grande número de pessoas sob a forma de impressos de forte conotação afetiva, associadas a momentos importantes da vida familiar ou pessoal. É o caso, em determinadas dioceses, das "cartas de casamento", manuscritas no ritual, entregues pelo noivo à noiva e nas quais texto e imagem lembram a cerimônia criadora da comunidade conjugal. Também das imagens de peregrinação, que para si mesmo e para os outros certificam a viagem realizada, a devoção cumprida. O mesmo ocorre com as imagens de confraria, que testemunham visivelmente a participação numa

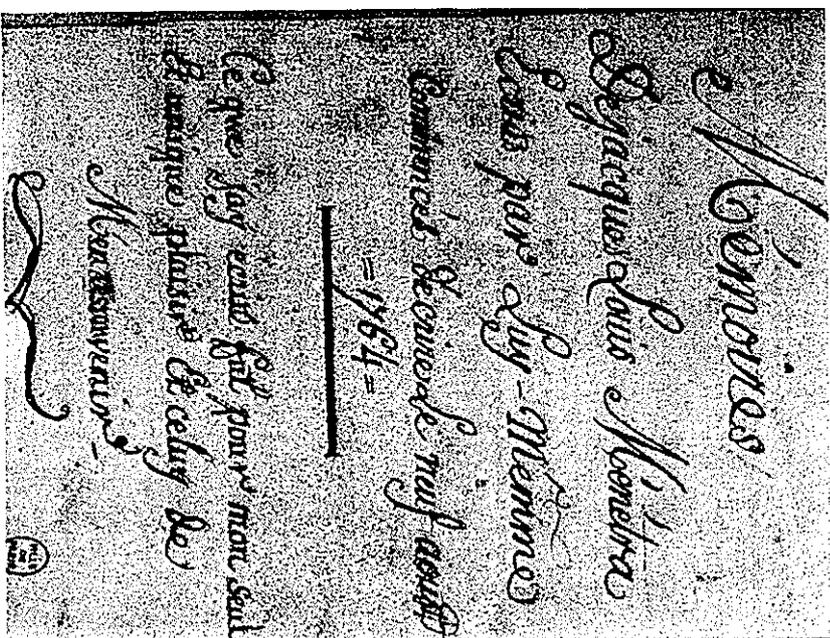
comunidade da qual se espera amparo e a fidelidade a um protetor celeste, invocado e venerado. Pregados na parede ou guardados em local seguro, tais objetos, em que a imagem sempre acompanha o texto, permitindo assim uma pluralidade de leituras, desempenham um papel fundamental como referências para a lembrança e para a auto-afirmação, portanto para a constituição de um privado no mesmo tempo íntimo e exposto.

Para alguns, nascidos no seio do povo, dominar a escrita é também produzi-la. O número ínfimo de tais escritos — em forma de histórias de vida — que chegaram até nós talvez não demonstre a relevância importante dessa prática atestada por Jacques-Louis Ménétra, o vidacetro parisiense,³⁸ e Louis Simon, fabricante de es-tancha do Maine.³⁹ A partir de 1802 ou 1803, Ménétra redige o *Journal de ma vie* [Diário de minha vida], utilizando e completando fragmentos reunidos desde 1764; por volta de 1809, Simon começa a escrever "os principais Eventos ocorridos durante o Curso de minha vida" num "livro" — isto é, uma coletânea manuscrita — herdado vinte anos antes de seu tio alfin e que se inicia com as contas anotadas um século antes pelo tio desse tio, que era comerciante de vinho em La Fliche. Para eles, escrever é um hábito, antes mesmo de começar o livro de suas lembranças. Ao realizar um giro pela França, Ménétra escreve com frequência, mobilizando para diversos usos uma capacidade que a recepção dos colégas comprova: "Fui recebido companheiro do Dever e os colegas fizeram-me recopiar inteiro o rol ou o que chamam Mestre Jacques ou ainda o Dever e fui chamado Parisiense Bem vindo". Escreve aos seus, em Paris, sobretudo a sua "boa avó", a quem pede que lhe envie subsídios; cuida da correspondência e das contas das viúvas que o contratam; trabalha como secretário para os colegas por ocasião do conflito que opõe os companheiros e o intendente de Bordeaux a propósito do sorteo para a milícia: "Procuraram entre eles alguém que soubesse escrever; o guianense veio procu-



Na América colonial, purtana e alfabetizada, a escrita está presente em todos os objetos: o mel tido à amada (os possíngs), o que se usa em lembrança do ente desaparecido (os monung tings), ou ainda as lápides — aqui a de Thomas Nichol, "who exchang'd words in the month of april 1765! Aged almost 83 years" — onde se proclama a absoluta confiança no juízo final. (Wäkefeldt, *Massachusetts*.)

Frontispício das Memórias de Ménetra: a afirmação do eu popular através da escrita dominada, reinventada, praticada apenas para si mesmo. (Biblioteca histórica da cidade de Paris.)



rar-me e fui o trágico primeiro companheiro. Então fiz os regulamentos e recensei meus colegas'. Com suas cartas frequentes alimenta as esperanças da viúva de Nîmes que aguarda o final de sua viagem pela França para esposá-lo — e enquanto espera mostra-se generosa. Em seu vilarjeo de La Fontaine, Louis Simon também pratica a escritura, chamado a registrar as receitas da igreja e da municipalidade ou a redigir o *cabier de doléances* [livro de queixas] da paróquia. Para ele, a Revolução é em primeiro lugar um tempo que passou — e perdeu — escrevendo: "Pois fiquei três anos sem trabalhar por causa dos tumultos, e aqui só podiam recorrer a mim, pois eu era o único que sabia escrever e que entendia um pouco dos negócios".

No momento de escrever o relato de sua vida, os dois homens se lembram de que foram leitores e, talvez sem ter consciência disso, mobilizam as formas e os motivos encontrados ao acaso nos livros que haviam lido. Na juventude, graças à biblioteca do vigário da paróquia, graças também ao regresso de um vendedor de livros —

sem dúvida do catálogo azul —, Louis Simon pôde se familiarizar com o impresso: "Assim passara o tempo no prazer de tocar instrumentos e lendo todos os livros que conseguia arranjar sobre todas as histórias antigas, as guerras, a geografia, as vidas de santos, o velho e o novo testamento e outros livros santos e profanos; também gostava muito das canções e dos cânticos". Essa cultura mista, meio erudita, meio popular, deixou vestígios na escritura de Louis Simon, na quadra ao *Ami lecteur* [amigo leitor] da primeira página, nas moralidades reunidas sob o título *Conseils* [Conselhos] e destinadas a seus filhos, na compilação de eventos inéditos, conhecidos sob a rubrica *Evénements extraordinaires visionnaire* [eventos extraordinários visionários]. Para Ménetra, que menciona poucos títulos (apenas a Bíblia, *Le petit Albert* e os livros de Rousseau), as leituras servem para organizar uma existência, ao mesmo tempo real e sonhada, moldada nas formas literárias do século. Os romances eróticos fornecem-lhe um repertório de intrigas picantes e de figuras amorosas (a religiosa seduzida e infiel a seus votos, a aristocrata de ardores insaciáveis, a mulher do povo violentada porém satisfeita etc.); o teatro, do qual é aficionado, ensina-o a situar as personagens, ficando com o principal papel — por exemplo, no encontro com Rousseau: as narrativas de grande circulação, dos "canais" ou dos livros azuis, sugerem-lhe procedimentos que destacam as aventuras comuns. Embora o *Journal* não os cite, esses textos são espelhos, ou melhor, prismas, que devolvem a Ménetra a imagem de sua vida, mas uma vida recomposta segundo a ordem do desejo, embelezada, ideal. De formas bem diferentes, o fabricante de estamemba e o vidraceiro — que querem fazer obra pessoal, o primeiro a fim de reconectar por meio da escritura a lembrança de sua mulher amada, que falecera cinco anos antes; o segundo para mirar-se e afirmar uma cultura outra, traduzida numa recusa deliberada das regras usuais da pontuação e da ortografia — atestam a familiaridade popular com a escrita, os textos, os livros. Uma familiaridade que, no final do século XVIII, permitiu aos humildes modelarem pelas leituras feitas o relato de sua vida — vivida em atos ou em imaginação.

NOTAS

(1) Essa apreciação das taxas de assinaturas difere, pois, daquela de F. Furet e J. Ozouf, que, correlacionando para 1866 as assinaturas no contrato de casamento, os gastos de instrução dos conscritos e os dados culturais do recenseamento, concluem: 1) que "a capacidade de assinar remete ao que hoje chamamos de alfabetização e inclui leitura e escritura"; 2) que existe uma "presunção favorável" para que a correlação entre assinatura no contrato de casamento e alfabetização completa seja válida "para períodos mais antigos". Cf. *Lire et écriture: L'alphabétisation des français de Cahors à Juleur Ferry*, Paris, Ed. de Minuit, 1977, t. 1, p. 27.

(2) R. Houston, "The literary myth? Literacy in Scotland 1650-1760", *Past and Present*, 96, 1982, pp. 81-102.

- (3) D. Cressy, *Literacy and the social order. Reading and writing in Tudor and Stuart England*, Cambridge University Press, 1980 (sobretudo os parágrafos de 1641-1644), cap. IV, pp. 62-103) e R. S. Schofield, "Dimensions of illiteracy, 1750-1850", *Explorations in Economic History*, 10, 1973, pp. 457-54.
- (4) M. Fleury e P. Vahnary, "Les progrès de l'instruction élémentaire de Louis XIV à Napoléon III d'après d'enquête de Louis Mégisolo (1877-1879). *Population*, 12, 1957, pp. 71-93, e J. Fauret e J. Ozouf, op. cit.
- (5) S. Hart, "Onderzoek naar de samenstelling van de bevolking van Amsterdam in de 17^e en 18^e eeuw, op grond van gegevens over migratie, huwelijks, bevoep en alfabetisme", *Geschied van Groot, Koninkrijk der Nederlanden - economisch, en sociaal-historische studies op grond van Amsterdamse en Zeeuwse archieven*, 1600-1800, Dordrecht, 1976, pp. 130-2.
- (6) M. R. Duglio, "Alfabetismo e società a Torino nel secolo XVII", *Quaderni Storici*, 17, maio-agosto de 1971, pp. 485-509.
- (7) M. C. Rodríguez e B. Benassar, "Signatures e niveau culturel des rimaux et accusés dans les procès d'inquisition du ressort du tribunal de Tolède (1525-1817) e du ressort du tribunal de Cardoue (1595-1627)", *Cartelle*, n.º 31, 1978, pp. 19-46.
- (8) K. Jakschitz, *Literacy in colonial England. An inquiry into the social context of literacy in early modern West*, New York, 1974.
- (9) Id., "Alfabetização em América, 1650-1800", *Annuaire ESC*, 1977, pp. 503-18.
- (10) D. Cressy, op. cit., pp. 157-74.
- (11) A. Larqué, "L'alphabétisation à Madrid en 1680", *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, 1981, pp. 133-57, e "L'alphabétisation des manufactures dans la seconde moitié du XVIII^e siècle: stagnation ou évolution?", *Colloque "Institution, lecture, écriture en Espagne (XVII^e et XVIII^e siècles)", Toulouse, 1982, datilografado.*
- (12) M. Vovelle, "X^e et XVIII^e en une révolution culturelle au XVIII^e siècle? A propos de l'éducation populaire en Provence", *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, 1975, pp. 89-141.
- (13) D. Cressy, op. cit., pp. 150-7, em especial Quadro 6.8, p. 136.
- (14) D. Marchesini, "La fatica di scrivere. Alfabetismo e sottoscrizione manufatturiale in Emilia tra Sete ed Ottocento", antigo inédito.
- (15) D. Cressy, op. cit., pp. 124-5, e p. 128.
- (16) J. Ruwet e Y. Wellemans, *L'alphabétisation en Belgique (XVII^e et XVIII^e siècles)*, Louvain, 1978, p. 22.
- (17) K. Benda, "Les lumières et la culture paysanne dans la Hongrie du XVIII^e siècle", *Les lumières en Hongrie, en Europe centrale et en Europe orientale*, acts do II Colóquio de Mairland (1975), Budapest, 1977, pp. 97-109.
- (18) E. Jolansson, "The history of literacy in Sweden" (1977), *Literacy and social development in the West: a reader*, H. J. Graff ed., Cambridge University Press, 1981, pp. 151-82.
- (19) T. C. Smout, "Born again at Cambuslang: new evidence on popular religion and literacy in eighteenth-century Scotland", *Past and Present*, 97, 1982, pp. 114-27 (que cita o estudo de I. Markussen e Y. Skovgaard-Petersen sobre a Dinamarca).
- (20) R. Gawthrop e G. Steans, "Protestantism and literacy in early modern Germany", *Past and Present*, 104, 1984, pp. 31-55.
- (21) B. Vogel, *Die religiöse en laity röhren dans la seconde moitié du XVIII^e siècle (1550-1619)*, Lille, 1974, t. II, pp. 796-9.
- (22) R. Engelsing, *Alfabetização und Leserte. Zur Sozialgeschichte des Lesens in Deutschland zwischen feudaler und industrieller Gesellschaft*, Stuttgart, 1973, p. 62.
- (23) A. Deruelle, "L'alphabétisation du peuple à la fin du Moyen Age", *Revue du Nord*, edição especial, *Liberté antonoma. Mélanges offerts à Louis Fauriol*, 261-262, abril-setembro de 1984, pp. 761-76.
- (24) C. Klapisch-Zuber, "Le climat florentine di barbato: apprendimento della lettura nel XV secolo", *Quaderni Storici*, 57, dezembro de 1984, pp. 765-92. A variação entre 45% e 60% de crianças escolarizadas depende da estimativa mas os dados são da população florentina em 1330-1340.
- (25) M. Lowy, *The world of Aldus Manutius. Business and scholarship in Renaissance Venice*, Oxford, Basil Blackwell, 1979, pp. 26-41.
- (26) C. Günzburg, "High and low: the theme of forbidden knowledge in the sixteenth and seventeenth centuries", *Past and Present*, 73, 1979, pp. 28-41.
- (27) P. Seignier, "Silent reading: its impact on late medieval script and society", *Vision Medieval and renaissance studies*, vol. XIII, 1982, pp. 367-414.
- (28) R. Berger, "La lecture à Valence de 1474 à 1560. Evolution des comportements en fonction des milieux sociaux", *Livre et lecture en Espagne et en France sous l'Ancien Régime*, Colóquio da Casa de Velázquez, ADP, 1981, pp. 97-107.
- (29) A. Labarre, *Le livre dans la vie aménaise du XVIII^e siècle. L'enseignement des manuels après 1763*, 1505-1576, Paris-Louvain, Nauwelaerts, 1971.
- (30) C. Bee, *Les livres des Florentins (1415-1608)*, Florence, Leo S. Olschki ed., 1984, em especial, pp. 91-6.
- (31) P. Clae, "The ownership of books in England, 1560-1640: the example of some Kentish townfolk", *Schooling and society. Studies in the history of education*, I. Stone ed., The Johns Hopkins University Press, 1976, pp. 95-111.
- (32) E. François, "Livre, confession et société urbaine en Allemagne au XVIII^e siècle: l'exemple de Spire", *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, julho-setembro de 1982, pp. 353-75.
- (33) Para os dados franceses remetemos a nossa síntese, R. Charrier e D. Koche, "Les pratiques urbaines de l'imprimé", *Histoire de l'édition française*, sob a direção de H. J. Martin e R. Charrier, Paris, Promodis, t. II, *Le livre imprimé, 1600-1850*, pp. 402-29, que utiliza, entre outros, os trabalhos de J. Quéhannt sobre as cidades do Oeste e de M. Marlot sobre Paris.
- (34) R. A. Gross, *The authority of the word. Print and social change in America, 1607-1880*, comunicação apresentada ao Colóquio "Needs and Opportunities in the History of the Book in American Culture", Worcester, 1981, datilografado.
- (35) P. Benedict, "Bibliológicas protestantes e católicas à Metz no XVIII^e século", *Annuaire ESC*, 1985, pp. 343-70.
- (36) D. Hall, "Introduction: the uses of literacy in New England, 1600-1850", *Printing and society in early America*, W. Joyce, D. Hall, R. Brown e J. Hench ed., Worcester, American Antiquarian Society, 1985, pp. 1-17, do qual emprestamos os textos citados.
- (37) R. Engelsing, "Die Perioden der Leseforschung in der Neuzeit. Das statistische Aussen und die soziokulturelle Bedeutung der Lektüre", *Archiv für Geschichte des Buchwesens*, vol. X, 1969, pp. 945-1002, e *Der Bürger als Leser. Lesegeschichte in Deutschland, 1500-1800*, Stuttgart, 1974.
- (38) D. Fabre, "Le livre et sa magie", *Pratiques de la lecture*, sob a direção de Roger Charrier, Marseille, Rivages, 1985, pp. 182-206.
- (39) *Journal de Samuel Pepys*, Mercure de France, 1985, na tradução muito parcial de René Villoneau. Os textos citados foram verificados na edição completa *The diary of Samuel Pepys*, R. C. Latham e W. Matthews ed., University of California Press, 1970, II vols.
- (40) H. Harrison e P. Laslett, *The library of John Locke*, Oxford, At the Clarendon Press, 1971, 2^a ed., em especial o ensaio de P. Laslett, "John Locke and his books", pp. 1-65.
- (41) Sobre esses dois quadros, ver os notas do catálogo *Charlin, 1699-1779*, Paris, éditions de la Réunion des musées nationaux, 1979, pp. 278-83.
- (42) *Mémoires d'Henri de Camille*, Paris, Mercure de France, 1967, pp. 95-6.
- (43) Cf. *Correspondence littéraire et anecdote entre M. de Saint-Loup et le président Dagues*, publicada por W. Pöschard, Lyon, 1900, e R. Charrier, "Une académie avant les lettres patentes. Une approche de la sociabilité des nobles lyonnais à la fin du règne de Louis XIV", *Marseille*, n.º 101, *Les protestants vers Louis XIV*, 1973, pp. 115-20.
- (44) G. Straus, *Luther's house of learning. Indoctination of the young in German Reformation*, The Johns Hopkins University Press, 1978, pp. 108-31, guerra p. 114.
- (45) D. Sibson, "Small peasant agriculture in Germany at the beginning of the nineteenth century: changing work patterns", *Peasant Studies*, VII, 1978, pp. 222-5.
- (46) V. Jametoy-Duvet, *Mémoires. Enquête et éducation d'un paysan au XVIII^e siècle*, éd. introdução de J. M. Guillemin, Paris, Le Seignior, 1981, pp. 191-5. Sobre os textos das duas línguas, r. II, op. cit., pp. 498-511.
- (47) Citando por M. Chevalier, *Lectura y lectores en la España de los siglos XVI y XVII*, Madrid, Turner, 1976, p. 91.
- (48) *Journal de ma vie, Jacques-Louis Menétrier, compagnon vint au XVIII^e siècle*, apresentada por D. Koche, Paris, Monnaie, 1982.
- (49) A. Fillon, *Louis Simon, écrivain 1741-1820 dans son village du haut Maine au siècle des Lumières*, tese de terceiro ciclo, universidade do Maine, 1982.